



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1070/15	DATA: 02/07/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h49min	TÉRMINO: 13h18min	PÁGINAS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Deliberação de requerimento. Apresentação do relatório preliminar da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todas e a todos.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito - Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Passo ao item 2.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias das atas da 27ª, 28ª, 29ª, 30ª, 31ª, 32ª e 33ª Reuniões da Comissão.

Indago do Plenário se há necessidade de leitura das atas. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A pedido da Deputada Benedita da Silva, fica dispensada a leitura das atas.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, coloco em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovadas as atas da 27ª, 28ª, 29ª, 30ª, 31ª, 32ª e 33ª Reuniões desta Comissão.

Na verdade, nós estamos caminhando para a apresentação do relatório final e suas proposições. Então, a ideia da reunião de hoje, desta audiência, é apresentar um relatório preliminar, para que o conjunto de Deputadas e Deputados possa contribuir antes da apresentação do relatório final. A ideia é que possamos apresentar o relatório final na terça-feira, e aí nós vamos abrir a discussão.

Vamos abrir hoje, é evidente, a discussão do relatório preliminar, mas há o tempo regimental, os pedidos de vista do relatório final. O Presidente da Câmara disse que nós temos até o dia 1º de agosto para votar o relatório, mas teremos aí um tempo de recesso. Então, se não conseguirmos, hoje, fazer com que esse tempo seja estendido até o dia 17 de agosto, que é a minha proposta... Nós então vamos ter que trabalhar com a possibilidade de votar o relatório até o dia 17. Eu acho que é mais garantido e melhor para todos nós, e para a sociedade brasileira também, porque teremos, de modo mais garantido, o quórum.



Então, temos um tempo muito curto. É difícil esse calendário. Mas eu vou trabalhar, no dia de hoje, para conseguir um prazo maior. É importante então que iniciemos esse debate do relatório preliminar.

Antes de passar a palavra para a Relatora, eu quero colocar em apreciação alguns requerimentos. Como o Deputado Damião Feliciano não está presente, vou retirar de pauta seu requerimento. Vai ficar para uma próxima reunião deliberativa. E quero pedir ao Deputado Jean Wyllys que venha presidir os trabalhos, porque um dos requerimentos é de minha autoria.

Passo então a presidência para o Deputado Jean Wyllys. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Bom, vamos passar à apreciação do Requerimento nº 106, de 2015, do Deputado Reginaldo Lopes, que *"requer que os membros da mesa diretora desta Comissão entreguem na OEA"* — Organização dos Estados Americanos — *"o relatório final desta referida CPI"*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Acho que o requerimento é autoexplicativo. Nós vivemos no Brasil uma realidade muito dura, perversa, em relação ao homicídio dos nossos jovens negros e pobres. Eu defendo que o País dê visibilidade à conclusão dos nossos trabalhos nesta CPI.

Portanto, eu quero garantir — e ainda não votamos o relatório final — a possibilidade de esta CPI, seja qual for o resultado, entregar à OEA, em especial à Comissão de Direitos Humanos, os dados sobre a violência no Brasil.

Eu queria pedir, então, o apoio nesse sentido, para que possamos aprovar esse requerimento e, posteriormente à votação do relatório, encaminhar à OEA, em especial à Comissão de Direitos Humanos, as conclusões desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - A Deputada Benedita da Silva quer discutir o requerimento?

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sim.

Sr. Presidente, eu acho pertinente e acho até mais um pouco. Não sabemos o custo, se nós poderíamos também, no final da apreciação desse relatório, distribuir alguns volumes e enviá-los à OAB, à CNBB, a algumas corporações e, no mínimo, a cada Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e dos outros Estados, e



fazer com que possam chegar também ao Ministério Público, porque é importante que as pessoas tenham condição de reconhecer que existe essa barbárie em nosso País. Isto não é uma letra morta; trata-se de pessoas.

O resultado de ontem nesta Casa me tirou o sono. Confesso, Sr. Presidente, que não consegui dormir. Foi incompreensível para mim. Fui para a cama com lágrimas, acordei em lágrimas e conversei com Deus, porque não pode ser letra morta o que temos como Constituição e como resultado desse relatório, o que nós ouvimos e vimos aqui nesta Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, é importante esse requerimento, mas que ele seja acrescido da responsabilidade de divulgação e publicação pelo Brasil afora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Pergunto ao autor do requerimento, Deputado Reginaldo Lopes, se incluímos já nesse requerimento as outras instituições ou se neste momento deixamos só a OEA mesmo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu queria dialogar com a Deputada Benedita Silva.

Sugiro a V.Exa. que apresente um requerimento, para aprovação na terça-feira, não só com o encaminhamento a todos os órgãos — a CPI evidentemente vai encaminhar —, mas, além do encaminhamento, a publicação. Deveríamos publicar 10 mil cópias, 10 mil exemplares, ou 20 mil, não sei. Deveríamos publicar vários exemplares sobre a conclusão da CPI, e aí precisa haver um requerimento, porque gera um custo — nós temos que mandar para a gráfica, para a Presidência e abrir um processo. E, para abrir esse processo de impressão do relatório, nós precisamos de um requerimento específico, nesse sentido.

Então, eu peço a V.Exa. que apresente esse requerimento para apreciação na terça-feira. É uma formalidade. Eu o acolho, é evidente. Nós vamos encaminhar a todos os órgãos que V.Exa. está propondo, e queremos também a impressão de um número maior para distribuir à sociedade brasileira.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu gostaria de fazer esse requerimento com o apoio dos demais membros desta Comissão que concordam com essa divulgação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Deputada Conceição Sampaio, quer discutir o requerimento?

A SRA. DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO - Deputado Reginaldo Lopes, quero cumprimentá-lo pela iniciativa do requerimento, e quero seguir na linha apresentada pela Deputada Benedita.

Acho que hoje o Brasil deu uma demonstração de que a violência venceu, porque, quando não conseguimos enfrentar aquilo que mata a sociedade brasileira, nós demonstramos a nossa fraqueza, a nossa falta de coragem, a nossa não decisão e determinação quanto àquilo que viemos fazer nesta Casa.

O Parlamentar não pode querer viver só de aplausos. Aplausos até são importantes e necessários, mas eu acho que a coisa mais importante é a nossa consciência, é saber aquilo que viemos fazer nesta Casa. Pode ser que apenas neste mandato estejamos aqui, mas certamente é importante que possamos registrar, Deputada Benedita, aquilo que nós acreditamos.

Eu jamais vou concordar com nenhum tipo de violência, seja a praticada contra pessoas negras, seja contra pessoas brancas, seja contra indígenas, seja contra os ribeirinhos do Estado do Amazonas, por exemplo. Eu acho que a maior violência acontece quando nós nos apequenamos diante daquilo que queremos mudar e não temos a coragem de mudar.

Então, que se espalhe por essas instituições aquilo que esta Comissão apurou, que não é diferente daquilo que nós já sabemos. O problema é que nós não queremos só saber; nós queremos ter a coragem de enfrentar.

Eu também, meus queridos colegas que aqui estão, tive uma noite maldormida, mas que bom que ainda me inquieto, que ainda tenho indignação com relação àquilo com que não concordo. Acho que isso faz a diferença. Aquilo que nós viemos fazer nesta Casa é que tem que nos pautar.

Eu confio, acredito num Deus que é de misericórdia, mas não confundamos vingança com justiça. Há uma diferença muito grande entre vingança e justiça. Eu prefiro acreditar que o Brasil ainda poderá ser maior do que o tráfico. Eu dizia agora há pouco ao Deputado Jean: a partir desse momento, aqueles que acham que a redução da maioria penal vai somente... Foi isso que passaram para a sociedade brasileira, que, no dia de hoje, a segurança estaria melhor. Vou cobrar todos os dias.



Quero ver essa segurança acontecer, porque a porta de entrada do tráfico, Deputado Reginaldo, Deputada Benedita, e das armas continua aberta. Ela está aberta.

Então, infelizmente, eu vejo, e dizia isso agora há pouco à Deputada Benedita, que o tripé que defendo é Deus, família e escola, e o tripé desses jovens condenados é outro: o traficante é o seu Deus, a família é a droga, e a rua é a sua escola. Enquanto força eu tiver, vou me unir a homens e mulheres que não aceitam essa condição subumana que é imposta a alguns.

Acho que devemos mandar, sim, a todos e a todas aquilo que nós sabíamos, sabemos e queremos enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Deputada Conceição.

De qualquer forma, independente de aprovarmos ou não esse requerimento — e creio que vamos aprová-lo, porque ele é pertinente, é justo, é necessário para os rumos que queremos dar a esta CPI —, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA já está de olho no fenômeno da morte de jovens negros e pobres no Brasil. Isto já é objeto de vigilância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como é também da Justiça Global, da Anistia Internacional, da União Europeia. Então, na verdade, só vamos formalizar a entrega de um documento sobre um assunto que já é objeto de atenção deles.

Eu pergunto se mais alguém quer encaminhar. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Bom dia, colegas. São as noites maldormidas que nos fazem amanhecer com mais energia para o bom combate, para continuar o bom combate.

Eu acho que a demonstração dada ontem, aqui na Câmara, além do problema real, antidemocrático, do golpe que foi dado ontem nesta Casa, e nós temos que resistir a esse golpe... Aliás, os golpes no Brasil sempre tiveram a aquiescência do Parlamento brasileiro, e nós precisamos resistir aqui. Como dizem, o ovo da serpente começou a surgir aqui dentro, criam-se as condições para isso. Nós precisamos resistir.



Em segundo lugar, eu também apoio essa proposição do Deputado Reginaldo Lopes, nosso Presidente. Deputado, os debates de ontem e de anteontem foram uma demonstração clara de que a cultura da violência está sendo vitoriosa no Brasil, e a própria forma de resolver o problema da violência no Brasil está sendo apresentada de uma maneira hegemônica, com conceito atrasado, conservador, reacionário e que vai intensificar, como disse muito bem um dos oradores aqui, a cultura da vingança. Não se quer o processo da ressocialização. Nós ainda estamos vivenciando os séculos XVII e XVIII. Só falta, na verdade, a punição do corpo — aliás, já sofre nas cadeias —, o martírio, que era a forma de punição no século XVII. O espetáculo do martírio como forma de punição e de exemplificação para o resto da sociedade está retornando, esse ato anticivilizatório. Um grande avanço das leis penais no mundo foi exatamente no sentido de buscar não só a punição, mas a ressocialização, a reincorporação dos indivíduos no convívio social de maneira digna.

Portanto, esse debate e esta CPI vão ter uma importância grande. E me parece necessária, Deputado Reginaldo, não só essa iniciativa. Depois, também vou apresentar um requerimento, porque nós precisamos fazer uma mobilização política de conscientização em torno do relatório que vamos discutir e aprovar. Nós vimos, nas viagens que fizemos da CPI, que a Comissão tem um papel importantíssimo, o resultado desse nosso trabalho tem um papel importantíssimo no enfrentamento dessa visão sobre o combate à violência no Brasil. Precisamos quebrar paradigmas dos nossos conceitos, dos conceitos que estão impregnados, especialmente sobre como nós enfrentamos e como vemos a resistência aos fatos: jovens negros e pobres sendo assassinados no Brasil. Existe uma resistência muito grande. Então, nós precisamos, a partir desse relatório, fazer também uma mobilização política.

Eu vou sugerir, inclusive, que nós façamos depois a publicação desse relatório em cada um dos Estados brasileiros; que nós, da Comissão, depois de desfeita e depois de apresentar o relatório à Câmara, façamos um roteiro de divulgação desse relatório em todos os Estados da Federação, como uma forma de mobilização política da sociedade, para que possamos apresentar as alternativas. E que se faça também um calendário de mobilização que envolva a entrega formal do relatório não só à Presidência da Câmara, como vai acontecer, mas também à



Presidência do Senado, à Presidência da República, ao Judiciário, que é um dos responsáveis por esse problema da demora na questão da identificação dos responsáveis. A celeridade do Judiciário no Brasil é uma celeridade de cor, de classe e, diria hoje, de holofote. Tratar de morte de jovens negros na periferia não dá IBOPE para agentes do Ministério Público, para juízes, senão seriam céleres nos seus posicionamentos.

Portanto, eu acho que nós temos uma agenda de mobilização. Esta aqui faz parte disso. Nós precisamos, depois, Relatora, minha colega Deputada Rosangela, fazer também, mais adiante, um calendário de mobilização, digamos assim, em torno da divulgação do resultado do relatório.

Eu parabenizo, portanto, o Deputado pela iniciativa e estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - O Deputado Glauber Braga quer encaminhar? *(Pausa.)* Não.

Bom, então vamos à votação.

Em votação o Requerimento nº 106, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O Deputado Davidson fala de algo que nós estudamos. Eu sou formado em Comunicação, dou aulas de Teoria da Comunicação, trabalho no âmbito da comunicação, da filosofia da linguagem. O Deputado Davidson se refere a algo que chamamos de imaginário, ou visão de mundo, ou mentalidade. Todos nós agimos a partir de uma visão de mundo, de uma mentalidade, que não nasce conosco. Nós a construímos no processo de socialização, no corpo a corpo, com o que chamamos de aparelhos de representação, ou instituições de representação, como, por exemplo, os meios de comunicação, o livro didático. A própria língua é um regime de representação do mundo. Nosso imaginário acerca do mundo e das pessoas é construído a partir desse corpo a corpo.

Somos uma população de poucos leitores. Estima-se que no Brasil 70,1% da população não lê livros. É uma população que se informa basicamente pela televisão, que não tem acesso a outras fontes que não seja essa, que não desconstruiu preconceitos trazidos pela própria língua. A aquisição da língua traz



preconceitos, que introjetamos, que não conseguimos nem pensar que estão em nós.

Então, esse imaginário opera muito, Deputado Davidson, para que as pessoas achem legítimo ou neguem, por exemplo, que jovens negros e pobres estão morrendo neste País.

No Rio de Janeiro, aconteceu um episódio que diz muito sobre esse imaginário, sobre o que é esse imaginário. Dois meninos negros, estudantes, estavam num ônibus e começaram uma discussão. Começaram a brigar dentro do ônibus. Então desceram em frente ao Shopping da Gávea, que é um bairro de classe média alta no Rio de Janeiro. Desceram para continuar a briga do lado de fora. Qual estudante nunca brigou, não é? Quem de nós nunca viu briga de estudantes por causa de ofensas? Eles começaram a trocar tapas. Mas, como eram meninos negros, estudantes negros, a população em volta começou a ficar apavorada ao ver os dois brigando. Havia dois policiais civis nas imediações. Eles sacaram as armas imediatamente, apontaram para os meninos, renderam os meninos, e, quando estes já estavam rendidos — não estavam fazendo nada além de brigar —, passa um “senhor de bem”, um “humano direito”, desses que foram citados bastante ontem, durante a votação da PEC 171, e chuta um dos meninos. Foi lá, chutou e falou, quando o menino estava rendido: “*Quero ver agora!*” Ao mesmo tempo, passaram outras pessoas e gritaram para os policiais: “*Mata! Mata!*” Eu pergunto agora: se dois estudantes brancos, moradores da Gávea, estivessem brigando na porta do Shopping da Gávea, os policiais sacariam suas armas, renderiam os meninos e passaria alguém e chutaria a cabeça de um desses meninos brancos, que estavam numa briga de colégio? Essa é uma boa pergunta para se fazer.

Isso lembra muito um filme chamado *Tempo de Matar*, sobre os Estados Unidos, em que uma menina negra é estuprada por um grupo de homens brancos, e o pai dessa menina, infelizmente, numa atitude desesperada, diante da impunidade, porque os homens são inocentados, mata os algozes da filha e vai a julgamento. E a defesa dele usa o imaginário do júri para absolvê-lo. O que o advogado faz? Pede que todo o júri feche os olhos e então descreve toda a cena do estupro da menina,



com toda a riqueza de detalhes. E por fim fala: *“Agora imaginem que ela é uma menina branca”*.

Passo a presidência dos trabalhos para o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys, por presidir os trabalhos da CPI.

Vamos passar para o próximo item, que é o relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado Reginaldo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu queria só fazer uma intervenção, um registro. Os trabalhos da CPI estão perto de chegar ao seu fim com a apresentação do relatório. Aqui foi apresentado e apreciado, votado, um requerimento para que pudéssemos ouvir, na Baixada Fluminense, do Rio de Janeiro, num encontro, a organização Viva Rio e o Fórum Grita Baixada.

Antes da apresentação e apreciação final, até para que fique como um adendo ao relatório, a partir das observações e daquilo que vamos poder verificar como diligência — o Deputado Jean e a Deputada Rosângela também assinaram esse requerimento, subscreveram —, eu queria propor que a CPI nos designasse. Existe a possibilidade inicial de, no dia 10 de julho, esse encontro ser realizado. No momento em que nós temos dificuldade de respirar democracia dentro do próprio ambiente da Câmara dos Deputados, que busquemos energia indo ao encontro das pessoas nas comunidades, para que o nosso trabalho aqui possa ter mais cara de Brasil.

Então, eu queria solicitar a V.Exa. que essa diligência fosse feita como uma ação da própria CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós já aprovamos o requerimento, de autoria de V.Exa., subscrito por outros Deputados. Quero designá-lo para representar a CPI nesta audiência pública e diligência. E, também, com essa diligência e audiência, vamos trazer, para os registros do relatório da CPI, essa atividade importante. Então, V.Exa. está designado.



Eu, *a priori*, não vou poder estar presente no dia 10, porque nós temos a viagem ao Estado do Rio Grande do Sul. Mas, com certeza, vários outros Deputados — e vamos procurar também mobilizá-los — podem acompanhar V.Exa. nessa atividade.

Então, V.Exa. está designado para, em nome da CPI, conduzir essa diligência e também essa audiência na Baixada Fluminense.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Obrigado, Presidente.

Há possibilidade de o relatório ser votado... Já existe uma proposta de data? Hoje não será votado? Hoje, haverá só uma prévia mesmo de apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Hoje é a preliminar, nem é relatório ainda. Não há nem como pedir vista. Nós estamos apenas começando, para colher as sugestões dos membros da CPI. Então, aqui é o ponto de partida, não é o ponto de chegada.

É evidente que nós temos até o dia 17... Na verdade, o Presidente prorrogou os trabalhos até o dia 1º. Se não conseguirmos vencer a matéria até o dia 17, nós vamos convocar a CPI no recesso. Na verdade, não é recesso, nós continuamos os trabalhos. Não há essa formalização de recesso. Eu trabalho com a possibilidade de sensibilizar a Presidência para prorrogar a CPI até o dia 17 de agosto. Seria o ideal, porque teríamos um tempo maior.

Eu listei aqui as proposições legislativas que surgiram durante o debate. São 17 proposições, entre elas várias PECs. Sabemos que, tratando-se de PEC, todos nós aqui teremos que ser autores e teremos que buscar o número de 171 assinaturas, não é isso, para a tramitação. O relatório final já é o PL, são os projetos de lei. Agora, tratando-se de PEC, ela é recomendada pela CPI, mas tem que ser subscrita por 171 Deputados.

Então, nós temos aí muito trabalho. Se não tivermos um esforço concentrado nessa reta final, nós vamos ter muitas dificuldades para concluir esse processo. Por isso nós queremos fazer um diálogo muito democrático, porque inclusive essas proposições legislativas serão objeto de tramitação novamente.

Qual foi o acordo, para a não prorrogação da CPI, com a Presidência da Casa? Eu trabalhava com a hipótese de prorrogação por mais 60 dias. Pela dificuldade, por outras CPIs que estão, digamos assim, na fila, qual é o acordo



político que o Presidente garantiu que faz imediatamente? Ele instalaria a Comissão Especial de uma das PECs, aquela que o Plenário entender que é a mais importante para modernizar o sistema de segurança pública no Brasil. E eu, pessoalmente, tenho defendido — e o conjunto de Deputados aqui também, acho que a ampla maioria — que o projeto do plano nacional de enfrentamento a homicídios e de garantia de direitos é o mais importante para a redução da violência no Brasil, porque será republicano e federativo.

Nós temos um esboço nesse relatório preliminar. Ele é um esboço, para começar a conversa, o debate, até porque esse PL do plano nacional será fruto de uma Comissão Especial. E eu tenho acertado com o Presidente que ela seja instalada imediatamente, em agosto. Então, nós teríamos uma nova Comissão, espero que com todos os membros desta CPI, percorrendo o Brasil e aperfeiçoando esse plano nacional, mobilizando os Municípios e Assembleias — naquela perspectiva que foi colocada aqui por vários Deputados —, para pactuar a elaboração desses planos também. Nesse sentido, então, eu acho que é um bom acerto político para a CPI.

E, Deputado Glauber Braga, eu acho que é possível acrescentar, no relatório final, o relatório de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, agradeço pelos esclarecimentos. Acho só que é importante, nesse acordo que porventura venha a ser firmado, levar em conta uma variável. O Presidente está colocando força para aprovar, na CCJ, e tem maioria para isso, o fim das Comissões Especiais para tramitação de PEC. As propostas de emenda à Constituição seriam passadas da Comissão para deliberação direta pela CCJ.

Já houve uma deliberação na terça-feira, foi retirada de pauta, retorna no dia de hoje ou mais especificamente na semana que vem. É um relatório do Deputado Esperidião Amin. Ou seja, as Comissões Especiais estão perto de acabar se essa proposta for aprovada.

Então, considero que seria muito importante afinar esse acordo. V.Exa. tem toda a envergadura e o respaldo desta CPI para isso, no sentido de que, se porventura o projeto que acaba com Comissões Especiais para proposta de emenda



à Constituição passar, seja assumido o compromisso por parte da Comissão de Constituição e Justiça de pautar e votar essa matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas aí eu acho que, pelo Regimento, isso nos favorece, porque, se o Regimento fosse rápido, como tenho brincado, nós já teríamos colocado o Brasil no século XX. Então, é longo. Eu acho que até o final deste ano não se consegue concluir esse processo, porque tem que ir para o plenário, para o Senado, não é isso?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu acho que já existe um acordo firmado para adiantar esse processo e colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas isso não é uma PEC?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não. Na verdade, é um projeto de resolução do Presidente que só altera o processo de tramitação das PECs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então há uma velocidade.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, pode ser feito com velocidade, e lá eles estão trabalhando por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Agora, quanto a matérias que envolvem mais de três Comissões Temáticas, elas também são objeto de Comissões Especiais. Por exemplo, o plano nacional.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Isso também está no projeto de resolução da Casa ou o projeto é só em relação às PECs?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não. O projeto de resolução é especificamente em relação às PECs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, matérias que envolvem despacho de mais de três Comissões Temáticas continuam com a Comissão Especial.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sim. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, na Comissão o plano nacional terá tramitação.



Eu queria passar a palavra para a Relatora, mas antes quero expor aqui, até para que o conjunto dos Deputados saiba, de fato, o que a Mesa está trabalhando, com a Consultoria, em relação a proposições legislativas. Isso não quer dizer que serão apresentadas no relatório final, que a Relatora vai acolher nem que serão aprovadas. Eu estou aqui fazendo uma síntese de temas e proposições que surgiram nas audiências, nas diligências e também nos Estados.

Então, o que a Consultoria da Casa está trabalhando, junto com a Relatora, para ser, ou não, incluído no relatório final e apreciado pela CPI? Primeiro, o plano nacional de enfrentamento a homicídios e de garantia de direitos — seria um PL; segundo, o Sistema Único de Segurança Pública — SUSP, que era uma previsão constitucional de 1988 — seria uma PEC; terceiro, o modelo policial chamado ciclo completo da polícia — é uma PEC; quarto, o modelo policial lei orgânica básica; quinto, modelo policial também, o uso progressivo de força; sexto, os controles externo e interno das polícias, os conselhos estaduais e nacional de polícia, a corregedoria independente; sétimo, a revisão do Decreto-Lei nº 6.670, sobre força auxiliar; oitavo, a padronização de cursos e cadernos doutrinários de capacitação dos policiais; nono, o estabelecimento da obrigatoriedade de se cumprir a questão dos equipamentos individuais de proteção... de menor letalidade; décimo, a perícia criminal independente; décimo primeiro, o conceito de ordem pública, surgiu o debate — todo o mundo diz que a única coisa que sabe é o que é desordem pública; conceito ninguém sabe —; décimo segundo, o fundo nacional de promoção de igualdade racial, porque, se 80% dos mortos são negros... E será uma política, do ponto de vista socioeconômico, específica de promoção e igualdade; é uma reparação de danos. Nós temos a SEPPIR — Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, mas não temos dinheiro, não temos fundos. Então, é uma proposição da CPI.

Seguindo: décimo terceiro, Revisão e modernização da legislação de proteção a testemunhas e defensores de direitos. Por quê? Porque para cada programa, uma legislação. São três programas, e há os outros programas dos Estados. A ideia é fazer um marco legal do sistema de proteção do Brasil. Estou dizendo que de fato é um trabalho que, nesses próximos 10 dias, vai ser... Porque muitos aqui não têm nem o esqueleto ainda, são desafios que estão colocados.



Décimo quarto, a obrigatoriedade da participação social e transparência nas ações policiais, conferências e conselhos; décimo quinto, modernização do SINESP. Na verdade, é o Sistema Nacional de Informações da Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas. Décimo sexto, aqui é a federalização dos casos emblemáticos de homicídios, mas talvez não seja essa a palavra; a federalização de casos emblemáticos faz parte do relatório. Aqui, na verdade, é que crimes de milícia, crimes de grupos organizados, paramilitares sejam de competência federal, é uma mudança na legislação. Há outro aqui, que foi o fortalecimento do Programa de Juventude Viva, que vai estar dentro do Plano Nacional de Juventude. Então, são essas as proposições.

Há outros projetos que já estão no relatório preliminar, que dão competência normativa à União para legislar sobre segurança pública.

Eu não sei se a gente passa para a apresentação do relatório preliminar ou se abre uma discussão sobre essas proposições. Mas acho melhor a gente passar a palavra para a Relatora, para uma apresentação geral, e depois, no sentido... É questão de ordem?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Não, pode concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Éder Mauro, na verdade eu li algumas proposições que surgiram nos debates, e muitas aqui não têm nem ainda a proposição e não temos a certeza de que vão estar contidas no relatório.

Então, eu vou passar a palavra para a Deputada Rosangela Gomes. E nós vamos fazer um processo muito amplo de debate democrático aqui sobre a conclusão do relatório.

Com a palavra a Deputada Rosangela Gomes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Na verdade, eu gostaria de apenas 1 minuto .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, eu concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Como todos aqui que se posicionaram e fizeram seus pronunciamentos, antes que a colega Relatora use a palavra, quero fazer uma consideração, Sr. Presidente. Quero agradecer à



Comissão, que esteve no nosso Estado do Pará e que pôde ver um pouco a realidade do nosso Estado, as questões das mortes dos nossos jovens, e pôde ouvir depoimentos de pessoas inclusive ligadas às questões de direitos humanos e pessoas ligadas à área de segurança.

No Estado do Pará, naquela ocasião, V.Exa. teria colocado a possibilidade de pedir uma prorrogação da CPI, para que a gente pudesse estender mais as discussões. Eu acho isso muito importante, porque é um tema muito polêmico que causa muitas divergências. Eu tenho as minhas divergências em relação a algumas coisas que eu entendo como sendo as coisas que acontecem; outros colegas entendem de outra forma. Então, eu acho isso muito importante. Esta é uma consideração que eu quero fazer: até em plenário, que a gente consiga essa prorrogação.

E quero aproveitar a oportunidade para falar um pouco, já que foi citada aqui por algumas pessoas a questão da democracia, a questão de esta Câmara ter mais a cara do Brasil. E eu costumo dizer o seguinte: eu tenho pouco tempo, eu nunca fui político, estou aqui hoje como político, mas, no pouco tempo que estou aqui, já aprendi que nós vivemos a democracia aqui dentro quando a gente quer vivê-la. Quando a gente perde, não é democracia, quando a gente ganha, é democracia.

O importante é que a gente aprende que as ideias divergem, e nós temos que nos acostumar com as divergências, porque eu acho que assim é a democracia. Há 3 dias, eu tive que respeitar, cumprimentei inclusive o Deputado Alessandro Molon pela vitória em plenário e por nós não termos alcançado a redução da maioria, o que, para mim, foi uma vitória ontem muito grande. Eu tenho certeza de que foi uma vitória de quase 90% da população brasileira. As redes sociais estão explodindo, mostrando isso. É uma democracia, é a cara do Brasil. Como alguns acham que não é, eu, no meu entendimento, acredito que é.

No momento em que perdi, fui cumprimentar aqueles que tinham ideia diferente da minha. Eu quero crer que, na vitória de ontem, todos têm que entender e aceitar mesmo que de forma parcial, porque o assunto ainda não acabou, ele vai se estender por muito tempo. E quero dizer que eu vou respeitar o resultado final disso. Se esse resultado for negativo às minhas ideias, ao meu entendimento, àquilo



que eu acho que a população quer, vou respeitar e vou dizer para a população que eu fiz a minha parte, e vou respeitar o resultado do que a maioria decidir aqui dentro.

Era isso o que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o meu conterrâneo Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Entendo que, com o que está ocorrendo na Casa de fevereiro para cá, quem está ganhando com tudo isso aí é o povo. Não tem ninguém ganhando nem perdendo aqui, porque nós somos os legítimos representantes do povo. Então, é o povo que está ganhando com tudo o que está acontecendo por aqui, e o povo está começando a ficar satisfeito e está começando a olhar os Parlamentares com outros olhos.

Quando nós andamos nas ruas de nossas cidades, de nossos Estados, o tratamento, o olhar para o político está sendo diferente. Quer dizer, eles estão acompanhando *pari passu* o que está acontecendo aqui.

Trazendo para o nosso tema, que é esse relatório preliminar, logo de cara já fiz algumas observações. Essa seara aqui é muito delicada e muito importante. Até entendendo tudo, a participação que V.Exa. quer ter e o empenho que todos querem ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Edson Moreira, o que eu disse foi o seguinte: eu li que 17 projetos apareceram como proposição legislativa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Há coisa aqui que não nos diz respeito. Nós temos só que fazer as normas gerais. Aqui há muitas particularidades, inclusive de uso de força de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos lá. É o conjunto que vai deliberar se a CPI apresentará esses projetos ou não. Quando é PEC, nem é CPI, é um conjunto de Deputados. Nós estamos iniciando o processo. Justamente eu marquei essa reunião porque nós queremos aqui construir convergências e proposições que apontam para melhorar e proteger a vida dos nossos jovens, não é isso?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Só uma introdução. Eu já vi algumas coisas...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas deixe a Relatora apresentar; nós nem apresentamos, eu só distribuí.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Só uma leitura aqui: *“Oitiva de testemunhas e familiares de algumas...”* Sim, concordo, de algumas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas vai citar no relatório.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - As palavras falam muito, Sr. Presidente, e elas, quando bem colocadas; o verbo é importante nisso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos passar a palavra ao Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação a V.Exa., em função de que V.Exa. conhece mais do que eu o trânsito nesta Casa. A gente se ocupa aqui e acolá, e eu acabei chegando um pouco atrasado. Há um requerimento que eu tenho interesse de ver aprovado, e eu queria que V.Exa., em respeito aos outros colegas também, colocasse para votar. É um requerimento que eu fiz e que é de importância para esta Casa. Se V.Exa., com a anuência da Relatora e dos membros desta Casa, puder colocar em votação, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Feliciano, infelizmente eu não vou poder, porque eu o retirei de pauta. Como V.Exa. não estava aqui no horário da apreciação do requerimento, eu o retirei de pauta, mas eu peço para incluir na pauta de terça-feira, e, com a presença de V.Exa. ou não — eu peço para alguém subscrever —, nós vamos aprovar o requerimento de V.Exa. Regimentalmente, eu não tenho condições, depois da retirada, de incluir novamente. mas ele tem todo o nosso apoio e nós vamos aprová-lo na terça-feira.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Agradeço a V.Exa. a atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Já que eu li aqui algumas proposições legislativas que surgiram, há um apelo, uma solicitação de deslocamento de competência de casos emblemáticos não solucionados. Por que eu os estou lendo aqui? Eu não estou dizendo que a CPI vai pedir, mas nós estamos



fazendo aqui uma síntese do que apareceu. Então, é importante que todos tenham conhecimento prévio, para que a gente possa, a partir disso...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não. Esse não está não. Está anexo.

Eu quero ler aqui os casos emblemáticos que surgiram com pedido de deslocamento de competência. É evidente. Por quê? Isso é um relatório preliminar. Não está nem publicado. Nem se pode pedir vista! Haverá tempo para o conjunto de Deputados e Deputadas membros da Comissão conhecer os casos, apresentar novos casos, pedir exclusão, além de outras ações.

Nos casos emblemáticos, primeiro, há a questão da chacina de Belém do Pará, em 2004; segundo, a chacina de São Paulo, em janeiro de 2013; o assassinato de Douglas Rafael da Silva Pereira, de 26 anos, dançarino do programa *Esquenta*, da *TV Globo*; o assassinato de Amarildo Dias de Souza, pai de cinco menores; o assassinato de Cláudia Silva Ferreira; a chacina do Complexo da Maré; a chacina do Bairro Jardim Valéria; a chacina do Bairro Caixa D'água, Região Metropolitana de Salvador.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Ocorreu em que Estados, só para eu poder acompanhar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Desculpe-me, eu não falei os Estados. Então, vamos repetir. A chacina de Belém do Pará foi no Pará.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Desculpe, mas não está aqui nesse relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não está. Na verdade, eu só estou lendo. Eu quero pedir desculpas. Nós vamos transformar isso tudo em requerimento e vamos fazer a distribuição, porque...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem ou pode ser para um aparte.

Sr. Presidente, desses casos que V.Exa. está lendo, primeiramente, como está a situação? V.Exa. leu os casos, já foi à Justiça? Porque, Sr. Presidente, nós somos legisladores, e é muito importante isso daí.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Exa. tem razão. A Consultoria pediu que eu solicitasse todos os inquéritos, todos os procedimentos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É muito importante. Exatamente, vamos analisar primeiro. E outra coisa: o deslocamento de competência, primeiro, é uma coisa jurídica.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu já tinha pedido a palavra. Só para registrar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Posso falar? Sr. Presidente, eu até vou me recolher e deixar de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, Deputado. O Deputado Orlando Silva tinha pedido a palavra e V.Exa...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu estou cuidando da parte legal, porque nós Deputados de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, como conhecedores da Constituição, principalmente no que se refere a essa parte sobre CPIs, temos poderes judiciais. Muitos Presidentes e Relatores de Comissão não sabem nem usar esses poderes — com todo o respeito, é lógico.

Mas é o seguinte, Sr. Presidente, quanto ao deslocamento de competência, primeiro, a Polícia Federal não tem efetivo, não tem especialização na apuração de homicídios, não são especializados nisso. Eu vou dar o maior exemplo de como não o são. Tiveram que pedir o apoio do Departamento de Investigação de Homicídios para indiciar uma pessoa de Belo Horizonte no caso da chacina de Unaí. Ficaram 6 meses batendo cabeça até que concordaram que a polícia especializada fosse lá. Aí, Sr. Presidente, é que começou o trabalho de formiguinha, que o DHPP fez e começou a se desvendar o caso. Ficaram 6 meses parados buscando bilhetagem de negócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vamos com muita cautela nisso aí para não passarmos vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, esses casos que eu trouxe aqui foram frutos de audiências públicas e diligências. Eu tenho uma concepção de que o nosso grande papel aqui é oferecer saídas sistêmicas. Estou muito convencido...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sugestões. Não são saídas, porque vão ser apreciadas. Concordo com V.Exa.

Agora, é evidente que esta CPI se deparou com muitas denúncias. V.Exa. ouviu depoimentos e tal. Perante isso, é evidente que nós não podemos ser insensíveis. É imperativo dar uma resposta. Esta Comissão foi lá e ouviu mães e ouviu familiares, e a CPI não pode ser insensível e não dar resposta às pessoas que se expuseram, foram prestar depoimentos, fizeram diligências. Então, eu acho que, no mínimo, a situação requer sensibilidade.

Eu estou dizendo, Deputado Jean Wyllys, que nós queremos sugestões sistêmicas. V.Exa. já fez inclusive várias intervenções. Mas, perante tanta dor e tanta busca de informações, em alguns casos, nós vamos fazer o pedido, mas quem decide é o Procurador-Geral da República.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Ele não tem competência. Quem decide é o Procurador-Geral do Estado e o promotor local.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Inclusive, nós estamos precisando de uma lei, uma PEC para transferir essa competência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Mas aí é futuramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, é à frente. Mas, em alguns casos, ele pode, sim: casos de omissão, de apuração de danos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O Procurador-Geral da República não pode entrar nessa competência. A competência dele é federal, e a estadual é autônoma. Ele não vai entrar nessa competência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Aí é da posição do procurador. Mas eles têm pedidos. O caso do Jorge Lázaro, por exemplo, que teve dois filhos brutalmente assassinados, está na mesa dele, a partir do movimento da Anistia Internacional. Eu estou quase convicto de que ele vai acatar o pedido de deslocamento de competência. Mas não vamos entrar nessas questões. Eu estou só esclarecendo.

Eu li aqui esses casos, porque quero deixar público, com muita transparência, quais são os emblemáticos, porque a memória às vezes falha. Há muitos casos que



V.Exas., como membros da CPI, conhecem, com os quais conviveram, então, é importante... Nós não queremos tirar nada da manga. Todos temos posições e tal...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Nós nem sabemos como está isso aí, Sr. Presidente. A verdade é essa. Nós nem analisamos ainda.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu pedi a palavra. Só queria fazer o registro de novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu vou passar a palavra. Mas eu tentei ler aqui os casos e fui interrompido. Então, vou voltar: a chacina de Belém, no Estado do Pará, em que 10 pessoas foram assassinadas, no dia 5 de novembro, em 2 horas; a chacina de São Paulo, em janeiro de 2003; o caso de Douglas Rafael da Silva, de 26 anos, dançarino do programa *Esquenta*, da *TV Globo*, em 22 de janeiro de 2014; o caso emblemático de Amarildo, dia 14 de junho de 2013, na UPP da Rocinha; o caso Claudia Silva Ferreira, baleada em 16 de março de 2004, no Morro da Congonha, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro; a chacina do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, em 11 de junho de 2013, com a morte de 6 pessoas; a chacina do Bairro Jardim Valéria, na periferia de Salvador, na qual 5 pessoas foram assassinadas; chacina do Bairro Caixa D'água, na Região Metropolitana de Salvador, em que 5 pessoas foram assassinadas na manhã de 10 de janeiro de 2013; a chacina em Cajazeiras, que ocorreu na madrugada de 7 de janeiro de 2013 e deixou 4 vítimas; a chacina de Planaltina, no Distrito Federal, de 3 jovens, em 15 de fevereiro de 2015; o caso das Mães de Maio de São Paulo; o assassinato do DJ Lah, no Jardim Rosana, em São Paulo; o homicídio dos filhos de Jorge Lázaro; o assassinato da Dona Maria, de Alagoas. Esses são alguns casos. Nós vamos mandá-los, através de ofício, para cada gabinete dos membros desta CPI.

Passo a palavra ao Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente, primeiro eu quero cumprimentá-lo pela reunião. Cumprimento a Deputada Rosângela Gomes pela relatoria. Quando eu pedi a palavra, eu não quis interromper a manifestação de ninguém. Eu só reivindiquei a permissão para que todos pudessem falar. Em que pese a capacidade que V.Exa. tem e que o nosso Deputado Delegado Edson



Moreira tem, nós temos outros Parlamentares que também podem participar dessa reunião.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Edson Moreira, hoje V.Exa. está impossível. *(Risos.)* Vamos garantir a palavra ao Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu sei do apreço e da admiração que o Deputado Delegado Edson Moreira tem pela minha pessoa, mas eu sugiro que ele economize os elogios para mim, a fim de que possamos trabalhar nesta sessão.

Presidente, minha questão dizia respeito justamente ao deslocamento de competência. Eu entendo as razões que o Deputado Delegado Edson Moreira tem, as preocupações que ele possui de que nós não façamos uma lista sem fim de sugestões de deslocamento de competência, mas, ao mesmo tempo, eu tenho convicção de que a CPI não cumprirá o seu objetivo se nós não tratarmos de casos emblemáticos.

São casos que têm um forte simbolismo, uma forte carga simbólica, são casos que incomodam a população do nosso País pela repercussão que alcançaram e pela dor que produziram em famílias, cidades e Estados. Então, eu quero cumprimentá-lo pela sugestão de que nós firmemos determinados casos que são simbólicos.

Está aqui do meu lado o ex-Deputado Federal Gustavo Petta, Vereador na cidade de Campinas, que nos acompanhou durante a agenda na cidade de São Paulo, porque a CPI, pela agenda muito carregada que teve, digamos assim, muito ocupada, não teve oportunidade de chegar até Campinas, pois seria mais um deslocamento. Ele é portador de uma reivindicação de muitas famílias de um bairro chamado Vida Nova, em que houve um acontecimento que entristeceu a todos nós. Foram 12 vítimas — 12 vítimas! — em questão de horas, um caso que também teve grande repercussão nacional. Sr. Presidente, eu solicito que V.Exa. faça o registro, pelo menos, para que, quando nós definirmos que casos serão tratados, possamos avaliar a possibilidade de enquadramento do caso de Vida Nova.



Inclusive, Sr. Presidente, creio que valeria a pena pensarmos os critérios, fixarmos critérios de modo consensual para caracterizarmos os casos que poderão ser incorporados à lista de requerimento de deslocamento de competência.

Eu entendo as razões que levam o Deputado que me antecedeu a falar sobre a competência, a capacidade e os limites de uma investigação federal. Mas eu tenho convicção de que nós temos, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pela estrutura do Governo Federal, capacidade de, em parceria com Estados, instruir processos, de modo que o deslocamento de competência se dê e chegue a conclusões, sem que haja nenhum prejuízo na qualificação de cada processo que eventualmente tenha a competência deslocada. O Ministério Público Federal tem extremo zelo, cuidado, numa definição como essa, mas é uma prerrogativa legal. Se é uma prerrogativa legal, não há por que nós, sob o argumento de limites institucionais, impedirmos que esse deslocamento se dê.

Então, Sr. Presidente, eu me inscrevi fundamentalmente para sustentar a ideia de que, primeiro, sim, é possível deslocamento de competência; segundo, sim, é necessário, porque foi criada uma expectativa em torno dessa matéria; e, terceiro, é fundamental que o façamos, para dar uma resposta.

Aliás, isto é curioso: o que mais eu ouvi ontem aqui, quando nós violamos os direitos da juventude com a aprovação da redução da maioria penal é que precisamos ouvir e responder a sociedade, e a sociedade fica indignada com o não encaminhamento para a apuração de uma série de processos. Então, isso é importante também para atender à expectativa que tem a sociedade brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, eu cumprimento a Relatora pela apresentação do relatório preliminar. É um trabalho, um método positivo. Qualquer um de nós aqui pode apresentar sugestões à Deputada Rosângela Gomes. Se há uma pessoa que tem paciência, critério, cuidado, atenção para com o trabalho feito na CPI, chama-se Rosângela Gomes. Então, qualquer Deputado aqui pode apresentar uma sugestão. E, com base no relatório que já está em nossas mãos, fica muito mais fácil fazer isso.

Então, eu só quero realçar a necessidade de cuidar de deslocamento de competência e registrar o caso de Vida Nova, em Campinas, como um tema a ser examinado por nós.



Quero também agradecer a presença do nosso companheiro, o nosso ex-Deputado Gustavo Petta, que faz um trabalho importante na cidade, é da Comissão de Direitos Humanos da cidade e é uma referência de responsabilidade muito importante para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Orlando Silva. Eu vou corroborar com a sua intervenção e responder à questão de ordem levantada pelo Deputado Delegado Edson Moreira. A assessoria trouxe aqui a Emenda à Constituição nº 45, de 2004:

“Art. 109.....

§5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal”.

Consta da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e isso pode ocorrer em qualquer fase, inclusive depois do júri. O que a assessoria tem falado é que há uma diferença entre desaforamento e deslocamento de competência. Assim, esse caso seria constitucional, a partir dessa emenda. Então, eu queria agradecer a contribuição.

Passo a palavra ao Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Faço uma questão de ordem, Sr. Presidente. Esse relatório já está encaminhado? É um relatório preliminar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É preliminar! Não está publicado. Nem é relatório! Não pode haver nem pedido de vista!

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sim, eu sei, é um esboço. Mas hoje é quinta-feira e amanhã esta Comissão está marcada para ir à João Pessoa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vai viajar hoje.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Por isso, Deputado Damião Feliciano, é um relatório preliminar. Nós temos viagem a Rondônia, ao Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - É amanhã, às 9 da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É amanhã. V.Exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - O senhor vai manter a ida para lá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim. Esse relatório é preliminar, não está nem publicado, não se pode nem pedir vista. Ocorre o seguinte: tendo em vista que nós não temos a garantia da prorrogação, tendo em vista que a prorrogação conseguida foi até 1º de agosto; tendo em vista o recesso a partir do dia 17 — recesso branco, mas teremos um recesso —, nós queremos trabalhar para a aprovação. Tendo em vista que os prazos são curtos; tendo em vista também que o assunto é polêmico e cada um tem um monte de proposições; nós queremos sinalizar o que se pensa e para onde caminha o relatório. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Tendo tudo isso em vista, já está compreendido, Sr. Presidente. *(Risos.)*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, peço só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Só 1 minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu vou dar só dois exemplos para V.Exa., a fim de que nós não passemos vergonha, dois exemplos. Um é o José Carlos dos Santos, dos “anões” do Orçamento. O pessoal mais antigo da Casa o conhece. A Polícia Federal foi querer investigar aquele caso. O que aconteceu? A Polícia Civil continuou a investigação e pegou os assassinos. Já dei o exemplo da chacina de Unaí e dou outros exemplos para V.Exas. Então, analisemos os casos antes de pedirmos deslocamento de competência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Nós vamos analisar.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - E eu faço questão de me pôr à disposição de V.Exa. para analisar esses casos, porque, modéstia à parte, eu conheço um pouquinho essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos passar a palavra à Relatora.

Antes, eu quero comunicar à CPI que nós fomos a Belém, fizemos uma audiência pública na segunda-feira em Belém e diligências. O Estado do Pará fez uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurou a atuação de grupos de extermínio e milícias no Estado do Pará. Isso aqui é um relatório com várias recomendações muito interessantes.

Então, eu quero comunicar aos membros da CPI que, como já é um relatório aprovado pela Assembleia do Estado do Pará, primeiro, vou pedir para a Relatora analisar sua inclusão no relatório da CPI; segundo, por ofício, nós vamos encaminhar esse relatório final ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, com todas as recomendações que estão aqui.

Trata-se de um documento aprovado por uma Casa Legislativa, fruto de uma CPI. E é extremamente importante que o Procurador-Geral da República possa, a partir do que foi apurado aqui, tomar providências. Por ofício, eu quero pedir ao nosso Secretário para encaminhar ainda hoje esse relatório final ao Procurador-Geral da República Rodrigo Janot.

Então, passo a palavra à nossa Relatora Deputado Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Bom dia, Sr. Presidente, todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas. Primeiro, quero agradecer o apoio desta Comissão e os Deputados que, de forma tão compreensiva e gentil, têm nos dado sustentação para fazermos trabalho que não é um trabalho fácil, até pelo histórico do tema, pelo tema que nós estamos discorrendo, que é uma demanda dos movimentos sociais ou da sociedade há muitos anos.

Quero dizer ao meu caro companheiro Deputado Damião que isto foi já previamente divulgado no início dos trabalhos: que nós faríamos um relatório prévio. Isso não é o final do relatório. Nós estaremos aqui pontuando alguns eixos e estaremos ao final acatando, como sempre fizemos, sugestões. É apenas uma prévia daquilo que nós já tínhamos falado — que na verdade já está até atrasado,



como a demanda aqui na CPI tem sido muito grande, mas ainda podemos fazer a tempo de contemplar a proposta inicial.

Os senhores já receberam, mais ou menos, um escopo do trabalho quase totalizado. Nós faremos aqui uma leitura do resumo daquilo que nós queremos efetivamente, enquanto esqueleto de relatório, discutir. Volto a dizer e a ratificar que é apenas o esqueleto, não é a fase final do relatório, porque a fase final iremos construir juntos. E o relatório será aprovado ou reprovado.

“A Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada, em 4 de março de 2015, para *‘apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres do Brasil’* (...)

Deputado Luiz Couto, amanhã, se V.Exa. continuar fazendo bagunça, eu não irei ao seu Estado!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, é que nós estamos aqui colocando que eu e o Deputado Damião, lá da Paraíba, somos os únicos que estão levando pauladas lá. Mas essas pauladas, para nós, são motivo de alegria, e não de tristeza.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Deputado, muito bom dia! É só para brincar um pouco com V.Exa., que é um membro atuante desta Comissão e merece todo o nosso respeito — como os demais também!

Prossigo:

“*(...)razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil’*, sem prejuízo da apuração e investigação de fatos que se ligam ao objeto principal, notadamente na seara dos Direitos Humanos.

Com essa finalidade, foi estabelecido um plano de trabalho que abrangeu cinco eixos: oitiva das vítimas, das testemunhas e dos familiares dos atos de violência de contra jovens negros e pobres.” Isso foi uma coisa que nós fizemos muito aqui nesta Comissão, indo aos Estados, ouvindo familiares, associações, escolas, enfim.

“Oitiva dos representantes de organizações e movimentos sociais relacionados ao tema de investigação da CPI;” Também o fizemos. Ouvimos aqui



Procuradores, Secretários de Segurança, Ministros relacionados ao tema. E o estamos fazendo.

“Oitiva de atores governamentais dos três Poderes;” como eu acabei de falar.

Na oitiva dos movimentos sociais, cito aqui a oitiva do grupo do Hamilton, do grupo Reaja ou Será Morto e outros movimentos.

“Oitiva de atores governamentais dos três Poderes” — já falei — “e dos entes federados”.

“Oitiva a acadêmicos, cientistas sociais e estudiosos do tema.” Ouvimos aqui IPEA, o Prof. Júlio Jacobo e outros mais.

“Sugestões para Legislação.

Desde o dia 26 de março de 2015, uma quantidade significativa de atividades foi desenvolvida com o objetivo de levantar propostas que possam causar impacto relevante na redução de homicídios de negros e pobres no Brasil.

Para subsidiar as propostas consubstanciadas neste relatório foram realizadas: 22 audiências públicas em reuniões ordinárias de Comissão, onde mais de 80 representantes” — muito mais do que 80 representantes, não foram só 80, eu acredito que nós já passamos de 200 — “dos movimentos sociais, especialistas, acadêmicos e autoridades governamentais puderam deixar as suas contribuições; reuniões da Comissão nos Estados, incluindo a realização de diligências”.

E ainda temos várias a serem realizadas. Hoje autorizamos mais uma na Baixada Fluminense, através do Deputado Glauber.

“Um esforço considerável foi realizado para desdobrar essas atividades em um modelo que permitisse a escuta de todos os interessados no tema: vítimas; seus familiares; autoridades federais, municipais e estaduais; profissionais de segurança pública e todos aqueles que, de alguma forma, estiveram à disposição para colaborar. Com essa finalidade, as portas desta Comissão sempre estiveram abertas.

Em um primeiro momento, a Comissão precisava conhecer o que estava ocorrendo pelo País em relação à violência praticada contra jovens negros e pobres, motivo pelo qual foi extremamente importante ouvir os representantes dos movimentos sociais, as autoridades, os acadêmicos e, principalmente, as vítimas,



seus familiares e os representantes das comunidades nas quais a violência se faz presente.

O objetivo das atividades nos Estados foi aprofundar o contato da Comissão com a realidade enfrentada pelas pessoas nas comunidades mais pobres. Além disso, serviram para compartilhar responsabilidade com todos os membros e permitir uma escuta ativa da maior quantidade possível de atores, nos mais variados recantos do País. Nessas oportunidades, foi possível ouvir a população e tomar contato direto com os problemas enfrentados pelas comunidades.

Ao vislumbramos o final desse trabalho, resta a percepção de que muito resta a ser realizado. É notável a falta de sistematização e de organização, em nível nacional, das políticas públicas que deveriam estar disponíveis nos territórios onde mais pode ser observado o fenômeno da violência contra jovens negros e pobres. Este relatório preliminar foi, portanto, preparado para sintetizar a imensa quantidade de informação que chegou à Comissão.

O Poder Legislativo e o enfrentamento à exclusão e ao extermínio de negros no Brasil.”

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Eu pulei alguma coisa?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - “A Comissão, com a finalidade de agir, dentro de suas atribuições, em nome das vítimas e de seus familiares, traz uma série de proposições legislativas que visam ao aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro com vista ao efetivo enfrentamento do homicídio de jovens negros e pobres. São elas: a) projetos de lei que estabelecem: o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (...)”

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sra. Relatora, desculpe-me, é que me perdi. Eu estava lendo aqui, mas, desculpe-me, eu me perdi.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Está desculpado, Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Eu gostaria que a V.Exa. me situasse. Estávamos em “*cenário nacional*”:



“Este relatório preliminar foi, portanto, preparado para sintetizar a imensa quantidade de informação que chegou à Comissão e está organizado em cinco tópicos: Introdução...”

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - A página 20. V.Exa. não pegou o resumo, não?

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Não, entregaram-me outro.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Desculpe-me. Estamos na página 20.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Volto à leitura:

“(...) o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens; o uso controlado da força pelos órgãos de segurança pública; a elaboração obrigatória de dados estatísticos (...)”.

E eu acrescentei aqui agora, em virtude do que sempre falamos desde o início, “a efetividade das garantias do planejamento familiar”.

Prossigo:

“b) as Propostas de Emenda à Constituição: que concede à União competência para legislar sobre norma geral em matéria de segurança pública; que dá nova organização às Polícias Científicas (em elaboração); que abre a possibilidade da criação de uma polícia de ciclo completo (em elaboração); que dispõe sobre as Corregedorias de Polícia (em elaboração).”

Foram esses os eixos que nós pontuamos previamente.

Esta Relatoria está à disposição de todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas para acatar sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Relatora, a minha preocupação maior em relação à questão desta CPI é exatamente a questão da elaboração de políticas públicas que efetivamente não são efetuadas, principalmente nos bolsões de miséria das grandes cidades, dos



grandes centros. Isso daí é uma preocupação nossa, para que possamos responsabilizar o Estado em relação à efetivação dessas políticas públicas.

Eu acho que o nosso relatório deveria aprofundar-se mais para dizer exatamente qual é o problema e qual é a situação; dizer por que há uma inércia ou um engessamento, em relação ao componente público, da realização desses programas. Por exemplo, nós temos aqui um programa do Governo Federal, mas ele não consegue chegar aos bolsões de miséria, ele não consegue chegar às favelas dos grandes centros do Rio de Janeiro. Eu queria que nesse relatório nós pudéssemos efetivamente dizer qual é o problema, para que pudéssemos corrigir. Eu acho que é uma coisa fundamental no nosso relatório.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Deputado, eu agradeço a sua preocupação e consideração. Quero dizer que a solicitação de V.Exa. está contemplada aqui no Capítulo I, onde tratamos do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio. Na pág. 24, inciso VII, nós falamos:

“VII - realizar a integração das ações dos órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, sexualidade, planejamento familiar, educação, trabalho, assistência social, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando ao enfrentamento aos homicídios de jovens (...).”

Isso está amarrado, ratificado e colocado no relatório, na pág. 24. Mas, se V.Exa. ainda achar necessário e quiser fazer mais sugestões, nós estamos aqui para discutir e acatar a sua consideração.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Eu gostaria, Sra. Relatora, eu gostaria. Inclusive, depois eu vou preparar uma minuta para ajudar nisso aí, porque a minha preocupação aqui é que é muito generalista a forma como está sendo colocado aqui. Era preciso ter subsídio para dizer exatamente qual seria o problema, para que pudéssemos atuar. É essa a minha preocupação.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Essa é a proposta de um plano que, se futuramente for aprovado, Deputado Damião Feliciano, vamos ter que executar em um futuro próximo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deixe-me corroborar nesse sentido. Se tivéssemos 1 ano de prazo, eu acho que poderíamos definir todas as metas por territórios, nos 142 Municípios que concentram 90% da violência, inclusive as ações bem objetivas. Nós não temos esse prazo, mas nós teremos a nova Comissão Especial do plano nacional. Ao encerrarmos, aprovando-se o plano, nós vamos constituir uma Comissão Especial para dar parecer ao plano, para ir ao Plenário. Será um PL da CPI.

Nós temos dois caminhos. Eu participei da construção do Plano Nacional de Juventude. Nós todos aqui participamos muito do Plano Nacional de Educação, planos municipais e estaduais. O objeto do projeto preliminar aqui foi mais traçar diretrizes.

Olhemos, lá no Capítulo I, o § 3º. Não sei se o conjunto dos colegas observou, Deputado Damião. O que há na pág. 23? O § 3º fala o seguinte:

“Art. 2º

§ 3º A partir das diretrizes desta Lei, a União deverá elaborar os objetivos, as ações estratégicas, as metas, as prioridades, os indicadores e definir as formas de financiamento e gestão das políticas de enfrentamento ao homicídio de jovens.”

Há o § 1º deste artigo e há o art. 1º, que falam especificamente que o foco é a juventude negra e pobre. Depois, no Capítulo II, vêm as diretrizes.

Qual foi a ideia, *a priori*, desse plano? Traçar as diretrizes, determinar a obrigação constitucional da União, dos Estados e dos Municípios, determinar o prazo... Não sei, acho que aqui ainda não há o prazo.

Colocou-se o prazo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - São 180 dias para entrar em vigor, mas qual é o tempo para Município, Estado e União aprovarem o plano estratégico?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para a União, são 180 dias. Então, nós vamos ter que colocar um prazo para Municípios e para Estados. A



diretriz está colocada. Se se olhar a primeira diretriz do Capítulo II, em que se encontra o art. 3º, o que está colocado ali?

“I - elaborar ações, com prioridade para os jovens negros e pobres, que incidam nas populações, nos atores governamentais e nos territórios para desconstruir a cultura de violência e de forma a reduzir o índice de homicídios ao patamar” — nós estamos sempre repetindo isto aqui — “de um dígito no critério de comparação com 100.000 habitantes;”

Esse é o patamar de países civilizados. Então, essa é a diretriz. Depois, há várias outras diretrizes, mas o objeto decenal é a redução para um dígito.

Eu acho criativo o plano, porque transfere as metas específicas para atingir essas metas a partir de cada realidade. Por exemplo, se você tem um Município que não tem violência, ele tem que fazer mais uma cultura de paz, para não passar a conviver... Não há. Eu conheço Municípios em Minas que têm 52 anos e não têm nenhum homicídio. Ele precisa construir uma outra plataforma, até porque é muito questionado se nós temos a prerrogativa ou não de estabelecer ações que envolvam recursos.

Nesse sentido, nós alteramos a Constituição, criamos um mecanismo e criamos a lei que estabelece os planos e as suas diretrizes.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Dê-me licença, Sr. Presidente. Veja bem, eu aqui vejo uma preocupação nesta CPI — e não entro no mérito. Eu vejo aqui uma preocupação — e os delegados não estão aqui, nem nenhum representante da força —, e a minha preocupação não é exatamente fazer um enfrentamento aqui com relação à questão do aparato policial nem do aparato de segurança. A minha preocupação é exatamente com o extermínio dos jovens, do jovem e negro. Onde é que o Estado falhou? Esta CPI precisa fazer esse diagnóstico, porque existem mecanismos para que possamos trabalhar em relação a isso.

Digo isso porque, se colocarmos isso só no papel... O papel aguenta tudo! O que eu precisava objetivamente é que esta CPI fizesse o diagnóstico. Onde é que nós estamos falhando? Por que as políticas públicas não estão chegando aos



bolsões de miséria? Por que as escolas não chegam lá à periferia, onde estão os pobres e negros, para que possamos, num futuro próximo ou médio, termos a recuperação desses negros? Por que não se instituem lá mecanismos para que se possa fomentar a possibilidade de se montarem pequenos negócios, pequenas empresas? Onde é que o Estado brasileiro falhou, para que possamos corrigir? É esse o mecanismo.

Poderiam ter colocado aqui somente o que pode ser feito ou fazer o enfrentamento: *“A polícia errou aqui ou a polícia errou ali...”* Ou esses casos dão um choque na sociedade, ou daqui a 10 ou 15 anos vamos estar na mesma, na mesma! A preocupação minha, particular, é de que esta CPI diagnostique onde o Estado falhou, para que possamos ajudar a corrigir. Só para dizer o que nós podemos fazer daqui por diante, eu acho que ela ainda é muito vaga.

Essa é a minha colaboração, a que eu podia dar. E eu posso ajudar inclusive trazendo, como eu disse ainda há pouco, algumas sugestões nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Nós vamos abrir aqui para as inscrições, depois nós devolveremos a palavra à Relatora.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys, depois o Deputado Luiz Couto, que fizeram os pedidos de inscrição. Com a palavra S.Exa., por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu respeito bastante o Deputado Damião Feliciano, mas S.Exa. vai me permitir discordar, na medida em que o objetivo desta CPI está aí claro e expresso na maneira como ela é descrita: é uma CPI, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil. Então, a CPI já parte de um fato, já reconhece um fato que foi apontado antes mesmo de ela ser constituída.

Depois, a CPI fez um trabalho que envolveu diligências, oitivas, audiências públicas, ouvindo os diferentes segmentos da sociedade e atores sociais envolvidos nessa questão, desde os agentes públicos até os representantes da sociedade civil organizada, da academia e Parlamentares. A partir desses procedimentos, de um trabalho aprovado aqui, um trabalho exaustivo no qual nos envolvemos todos que estivemos aqui mais presentes, foi-se produzindo um relatório e, hoje, a Deputada



Rosangela Gomes apresenta um relatório preliminar que aponta e que vai apontar o que compete a esta Casa, apontar políticas públicas que podem ser feitas, legislações que podem ser alteradas, abrir um diálogo com outros Poderes da República que podem trabalhar numa ação conjunta para minimizar esse fato, minimizar ou erradicar, ou mesmo extinguir por completo as mortes de jovens negros motivadas pelas questões raciais, sobretudo.

Agora, esta CPI não é uma vara de condão e nem pode dar um diagnóstico preciso, absoluto, único, definitivo, derradeiro acerca desse fenômeno. Nós temos que compreender isso. Nós vivemos em um País com 200 milhões de habitantes, de extensões continentais, com entes federados, que são os Municípios, os Estados e a União, e não podemos querer cobrar da relatora que apresente nesse relatório o diagnóstico preciso do por que acontece isso. Se o Deputado tivesse participado mais ativamente das atividades, talvez compreendesse que nós abordamos essas questões aqui.

Quero parabenizá-la, Deputada Rosangela Gomes, pelo relatório preliminar. Eu li uma parte dele, vou ler com mais afinco o relatório e eventualmente colocar questões que podem não ter sido contempladas aqui. Eu duvido que não tenham sido todas elas, mas algumas, talvez, sejam menos. Eu não sei em que medida, porque não li o relatório por completo — ainda vou ler —, fica a problemática da política de drogas, porque vamos ter que entrar nessa questão.

E é importante também, infelizmente, tocar num ponto que é polêmico, nevrálgico neste exato momento, que é a questão da redução da maioridade penal. Há que se tratar desse tema, entendeu?

Então, é com isso que eu queria colaborar. Deputado Damião Feliciano, desculpe-me, mas eu acho que não compete à Deputada Rosangela Gomes trazer aqui uma vara de condão e uma solução mágica para um assunto tão complexo, sobre o qual nos debruçamos ao longo desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, depois à Deputada Benedita da Silva e depois à Deputada Conceição Sampaio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, é um relatório preliminar. Acho que nós deveríamos aprovar esse relatório preliminar, porque ele



tem três projetos que vão depois ser discutidos em comissões especiais que vão analisar a questão. Nós podemos aprová-lo, porque o problema é que nós não conseguimos ainda a prorrogação desta CPI. E, nesse sentido, devemos nos antecipar e ter pelo menos um relatório aprovado, senão, vai acontecer aquela velha situação: nós trabalhamos, nós ouvimos, ouvimos e não conseguimos aprovar nada. Então, é importante que aprovemos esse relatório e que insistamos em solicitar a prorrogação por mais 60 dias, que é o que determina inclusive o Regimento desta Casa. Esse é o direito que existe.

Outra coisa que eu acho importante é que nós possamos ter no relatório final alguns casos emblemáticos que foram identificados durante essa nossa caminhada, com depoimentos mesmo e colocando proposições referentes a esses casos emblemáticos. Acho que na CPMI da Exploração Sexual, que era mista, foram colocados dez casos emblemáticos e aquilo foi visto como elemento importante para mostrar o quadro da situação dos jovens negros que moram nas periferias, que são violentados e não apenas mortos, pois há diversos jovens que estão em cadeira de rodas, que estão traumatizados que foram estuprados, violentados e não morreram, mas estão aí com sequelas, com uma morte psíquica, ou seja, psicológica, espiritual, porque esses fatos deixam marcas profundas.

Eu considero também que, havendo a prorrogação, nós poderíamos fazer um seminário com autoridades convidadas, encaminhando a cópia do relatório a elas, bem como as propostas também de mudança na legislação. Nós fizemos isso por ocasião da CPI do Tráfico de Pessoas, e foram muito importantes as contribuições que recebemos das pessoas e das organizações que participaram.

Eu acho que o trabalho que a nossa Relatora Rosane faz de forma preliminar é para que, de fato, nós não tenhamos no final tudo perdido. Lá no Nordeste diz que, quando se anda, anda, anda e não se chega a lugar algum, parece a uma franga de primeiro ovo, que não sabe onde vai pôr o ovo: ela fica para lá, para cá e, no final, não dá em nada, porque, quando ela bota, quebra o ovo e pronto. Então, nesse sentido nós deveríamos aprovar esse relatório preliminar, pois isso não impede que outras contribuições possam ser feitas com relação aos outros fatos.

Quero parabenizá-la, Deputada Benedita. V.Exa., na sua fala em defesa das crianças e dos jovens e adolescentes, deu um testemunho de quem viveu a



experiência de ser explorada, estuprada, (*Palmas.*) V.Exa. é uma referência. Então, eu tenho certeza de que nós vamos continuar nessa luta. O golpe está aí, mas nós vamos nos preparar para, na próxima vez, como no MMA, darmos os contragolpes naqueles que querem impedir a livre manifestação e tentar dar um golpe naquilo que nós conseguimos num primeiro momento.

Sr. Presidente, eu acho que nós deveríamos aprovar esse relatório preliminar. Se há ressalvas a serem feitas, que a coloquemos. E, depois, até o dia 17, que possamos ter um outro relatório, e aí colocarmos a turma para preparar esses casos emblemáticos e não mais projeto de lei, mas, por exemplo, encaminhamentos feitos às autoridades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, e apresentar sugestões também. E podemos apensar também a esse relatório depoimentos.

Com certeza, nós teremos condições efetivas de fazer um excelente relatório para que a sociedade brasileira possa dizer que não dá para continuar esse genocídio contra jovens, pobres e negros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Luiz Couto.

Antes de V.Exa. chegar, nós lemos aqui dezoito proposições legislativas que ainda não estão no relatório preliminar, que surgiram nos debates, oitivas. Lemos aqui também um conjunto de casos emblemáticos. Eu gostei da argumentação de V.Exa., que reforça a tese da questão do genocídio. Casos emblemáticos ajudam no conceito, mas, além de contribuir para o conceito, nós estamos apresentando alguns casos, que não serão apreciados por todos aqui. Nós estamos pedindo que cada Deputado e cada Deputada possa encaminhar para a CPI, para a Mesa, para a assessoria casos em que o deslocamento de competência seria importante. Se fizermos leitura de um artigo aqui que dê polêmica, a Emenda Constitucional nº 45 dá a prerrogativa ao Procurador Geral da República de fazer deslocamento de competência, então, a ideia é que a CPI peça. Só para corroborar com a fala de V.Exa.

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Sra. Relatora, eu vejo que esta CPI precisa ser prorrogada, porque entendo que o tempo não foi



suficiente, mesmo com as diligências que fizemos, com as audiências públicas, riquíssimas em informações sobre casos verídicos.

É por isso que eu não concordo com o Deputado Damião Feliciano, com quem eu tenho uma excelente relação. Fiz parte, juntamente com ele, da comissão que acompanhou todo o processo de discriminação do negro no esporte, e isso foi para nós um aprendizado muito importante. Estivemos com algumas dessas vítimas cujas narrativas eram impressionantes, e eram pessoas que não eram adolescentes que viviam nas ruas, nem pessoas que a redução da maioria atingiria.

Sr. Presidente, como já havia colocado antes, esse relatório preliminar deve ser divulgado para que nós possamos dar contribuições importantes. Como ele é preliminar, não sei se já poderíamos fazer algumas consultas no sentido de aprimorá-lo do ponto de vista legislativo. Com um olhar de contribuição sobre esse relatório preliminar, já teríamos alguns projetos que poderiam ajudar na questão da redução da maioria.

Por que isso, Sr. Presidente? Eu gostaria muito que o Deputado Damião prestasse atenção. Esta é uma CPI em que nós estamos tendo a oportunidade, enquanto legisladores, de dar uma satisfação à sociedade sobre as vítimas reais e concretas da discriminação e do racismo. A relatora tem colocado aqui, com as contribuições e audiências, o número de negras e de negros que morrem. Os negros estão sendo mortos; não estão matando, como eles estão dizendo para justificar a redução da maioria penal. Se não tivermos essa consciência, nós que estamos aqui, nesta CPI, quem é que vai ter? Então, esta CPI também é importante para nós legisladores que trabalhamos com a base, que trabalhamos com a comunidade, que somos aqui, nesta Casa, policiais ou delegados ou juizes, que trabalhamos com a questão da negritude, que trabalhamos enquanto mulheres, mães, avós, bisavós, como é o meu caso. Portanto, é importante esta CPI.

Por isso, Sr. Presidente, teremos não só que divulgar, mas também que pedir a esta Casa, como direito, a prorrogação desta CPI, porque queremos nos comunicar. Esta Casa precisa conhecer um pouco essa realidade. Eu não sei se caberia no Regimento, mas pediria que nós fizéssemos uma sessão especial: solicitaríamos o Plenário Ulysses Guimarães e chamaríamos aqui algumas autoridades para participar do seminário que o Deputado Padre Couto está



sugerindo. Teríamos que ter também a cobertura dos meios de comunicação, como na CPI da PETROBRAS. Nós também temos que fazer isso, porque não estão dando a cobertura necessária a esta CPI.

Esta é uma CPI que faz uma das maiores denúncias, porque não estão os negros na televisão positivamente todos os dias. O que a televisão diz sobre nós é só que somos bandidos, assassinos; mostram a nossa adolescência sendo, a cada dia, mais marginalizada; dizem que não há saída para a nossa adolescência. E a gente não fala com os meios de comunicação? Eles não podem vir a esta Casa para também dar o seu depoimento? Eles podem, porque eles têm nas estatísticas deles quantos negros deixaram de atender, quantas vezes eles deixaram de cumprir o seu papel social e de colocar as boas coisas que são feitas nas comunidades e nos lugares onde nós trabalhamos durante a nossa vida inteira.

A Relatora, por exemplo, vem de uma comunidade, de um trabalho, de uma luta e de uma história — e ela sabe que é verdadeiro o que eu estou falando. Eu também venho dessa luta e dessa história. Portanto, eu não me calarei nesta Casa.

Para mim, esta CPI tem, sim, um papel muito especial, porque eu assisti e continuo assistindo inocentes sendo mortos, pois também há, entre nós, inocentes que morrem.

É por isso que a gente tem que fazer justiça aqui. Não queremos, de forma alguma, fazer perseguição a ninguém; queremos que quem comete crime contra a morte, seja de 8 anos, seja de 20 anos ou de 50 anos, possa pagar pelo seu crime, mas não posso aceitar que, quando pagar pelo seu crime e sair dessa prisão, ele não tenha outra saída a não ser trabalhar no tráfico, porque nós não oferecemos a ele outra saída.

Ouvi muito bem o que a Deputada Conceição colocou aqui quando fez o seu pronunciamento sobre o Deus que eles escolheram e também sobre o que eles escolheram como sua constituição, seu programa e sua escola. Ela disse exatamente o que nós vivemos no cotidiano, mas quem não colocou o pé na lama, quem não conhece essas coisas? É inadmissível que, no lugar onde dizem ter professores, psicólogas, não tenhamos apoio necessário para esta CPI. Esta CPI não tem nada a ver com a votação que houve ontem aqui.



Para concluir, Sr. Presidente, nós precisamos ser ouvidos, porque tudo o que faltou para a votação de ontem foi sermos ouvidos; nós precisamos ser ouvidos.

Um rapaz deu um testemunho falando que era um engraxate e que o poder público, através de um Prefeito, com um programa, pôde dar a ele a oportunidade de estar aqui hoje como Deputado Federal. Quando ele saiu da tribuna, começaram a gritar: “*Você matou quantos? Você matou quantos?*” Para dizer que, como ele não matou ninguém, então ele não tinha nada a ver com o discurso e não tinha nada a ver com o fato de estar contra a redução da maioridade penal.

Então, é essa concepção. É por isso que eu digo que este Plenário precisa ser ouvido; e, para ouvido, só em um seminário. Não virão à CPI, a imprensa não virá à CPI, mas ela virá em um seminário. É o apelo que faço à Relatora, a V.Exa., para que vá até o Presidente desta Casa e peça esse seminário, para alguém poder ser ouvido sobre aquilo que nós estamos verdadeiramente produzindo aqui e que não é um papel que aceita tudo. Aqui há registro das audiências públicas, fotos, tudo, porque são relatos de pessoas, não os nossos relatos pura e simplesmente.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva. Quero dizer que inclusive esta Comissão já aprovou um seminário internacional. Toda a dificuldade é mesmo com o tempo de duração da CPI.

Com a palavra a Deputada Conceição Sampaio.

A SRA. DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO - Sr. Presidente, eu acho até que nos faltam palavras depois de ouvir isso. Não foi algo que alguém publicou ou que você ouviu de outra pessoa. É muito forte quando a gente houve um depoimento, minha querida Rosângela, de alguém que viveu uma realidade tão cruel que a vida impõe a muitas famílias.

Eu também e parabenizo aqui o trabalho da minha querida amiga Deputada Rosângela, que tem uma história de vida também que é um testemunho, que é algo a nos ensinar verdadeiramente. Eu a entendo. Esse pré-relatório, que é um documento preliminar, faz esses encaminhamentos.

Ouvi durante toda a CPI, até este momento, muitas pessoas até questionando: “*Mas a CPI não tem um fato determinado?*” Aqui há muitas audiências... Eu quero parabenizar V.Exa., Deputado Reginaldo Lopes, Deputada



Rosângela, porque entendo que nós tivemos aqui um espaço extremamente importante para que, através dos debates que foram realizados, nós tenhamos também essa oportunidade de propor projetos, fazer indicações, indicar e encaminhar aqueles ou aquelas que precisam de fato, diante da lei, de ter o rigor da lei e não os favores da lei, como nós sempre vemos acontecer. Vejo que esses encaminhamentos foram importantes.

Ouvi pessoas nos Estados contarem aqui as experiências de tantas pessoas que viveram na pele o drama de terem uma pele negra, como se isso diminuísse o ser humano. Eu acho que esse combate à violência, seja ela qual for, é um combate necessário, é um combate importante.

Então, minha querida Rosângela, parabéns por esse documento, que é preliminar, mas que certamente representa, caracteriza nosso trabalho. Nós ainda teremos oportunidade de indicar mais coisas, de aperfeiçoá-lo, mas eu não tenho dúvida do trabalho importante que esta Comissão fez e continuará fazendo. Certamente, as legislações que serão produzidas a partir desse trabalho vão tornar o País — eu espero — mais justo, mais igual e mais fraterno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Conceição Sampaio, pela bela contribuição, sempre sensata a favor dos menos favorecidos. Então, quero agradecê-la aqui.

Quero passar a palavra a dois inscritos: ao Deputado Damião Feliciano, que pediu novamente a inscrição, e ao Subtenente Gonzaga.

Com a palavra o Subtenente Gonzaga, que ainda não fez nenhuma intervenção.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, estou vendo inicialmente aqui o relatório preliminar. Obviamente, eu não tenho condições de me atrever a considerá-lo.

Eu queria fazer a seguinte pontuação. Entendo que as medidas concretas do relatório final devem ter o cuidado, além, obviamente, de não criminalizar os negros jovens, que é o grande objetivo desta CPI, também de não criminalizar o segmento específico do sistema de segurança pública, de justiça do Brasil, porque este é o senso comum que está na mente da maioria das pessoas: na hora em que se fala de polícia se enxerga um fardado. E ele é o primeiro que vai.



Então seria só essa observação, sem mais comentários. Depois eu quero conversar com a Deputada Rosângela e com o Presidente sobre isso, para que tomemos o cuidado de construir, de fato, um relatório, com orientações inclusive em termos de projeto de lei, como está sendo proposto, sem um foco que gere de imediato uma resistência, uma necessidade de defesa. Que todos sejam atraídos para o debate, com a necessária construção.

Eu, como policial militar, tenho a clareza de que, mediante qualquer descuido, nós começaremos já a potencializar uma zona de conflito e uma necessidade de defesa, quando poderíamos construir conjuntamente.

Então seria só essa observação, bem rapidamente, Presidente, para que tomemos esse cuidado, porque a CPI nasceu já com um inimigo a ser combatido. Eu acho que ela não pode encerrar também com essa perspectiva. Eu tenho clareza de que não é a intenção, mas talvez possamos ter um cuidado maior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Deputados, na realidade, esse relatório nos gera uma preocupação em relação à pesquisa Estudo Geral sobre Homicídio, de 2013, desenvolvida pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, em que o Brasil ocupa lugar de destaque no *ranking* dos países mais violentos do mundo, sendo o país que tem 11 das 30 cidades mais violentas do mundo, e a pesquisa indica ainda que Maceió é a quinta cidade mais perigosa do mundo.

Nós estamos numa CPI, exatamente como disse o Deputado Jean Wyllys, que tem como proposta apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Ora, Sr. Presidente e Sra. Relatora, nós estamos aqui dentro de uma CPI com ar-condicionado, discutindo com microfone, e neste instante estão morrendo negros na periferia do Rio de Janeiro. Há discriminação racial naquele lugar... Eu tinha entendido que o pessoal mata negro até como mata porco. Disse há pouco, Gonzaga, no meu pronunciamento anterior, que esta CPI não é lugar para fazermos



o enfrentamento com as forças policiais não, nem enfrentamento para arrumar culpado! Estamos querendo fazer o diagnóstico da causa. Eu estou aqui por essa causa, porque não há quem defenda o negro da periferia de Salvador, de Campina Grande, que é a minha cidade, ou João Pessoa, onde 80% dos negros morrem. Deputada Conceição, não há quem levante a mão por eles, não!

Eu ouvi aqui o depoimento agora da Deputada Benedita, que já foi Governadora, Senadora. Por esses negros que estão morrendo lá naquela periferia, não há ninguém que levante a boca por eles, não! Resta a nós aqui a obrigação de, pelo menos, fazer o diagnóstico para escrever no papel que essa minha preocupação deve ser feita. Senão, daqui a 10 anos esse negro morrerá do mesmo jeito, porque esse problema vem de 100 anos atrás.

Então, é muito fácil dizer que esse diagnóstico não deve ser feito ou que nós não vamos ampliar um relatório que possa contemplar a periferia. A minha preocupação é com os que estão morrendo agora, é com essa periferia que não tem direito a escola, na qual as políticas públicas não chegam, para que possamos ter o diagnóstico real, para que se possamos implantar políticas públicas capazes de tirar esse negro da periferia.

Lá no tráfico quem manda e quem tem o poder é o traficante. Ele é quem manda no pedaço, é quem determina a hora do toque de recolher, é quem dá saúde à população. O Governo, o poder público não chega lá. Quem é que vai resolver esse problema? Nós temos obrigação de, pelo menos, apontar isso, para dar o pontapé inicial. Senão, nós vamos sair desta CPI do jeito que nós entramos. Essa é a minha preocupação. Temos que fazer esse diagnóstico, apontar os problemas e fazer com que o aparato do poder público chegue a essa periferia, chegue a esses negros que estão nascendo hoje, para que eles tenham possibilidade de ser cidadãos de bem.

Eu sou médico, mas eu tive o privilégio de estudar. Cheguei a ser Deputado Federal exatamente por essa linha que está aqui. Se você vir uma possibilidade você avança. Se você for para um restaurante diferenciado você vê que se vão evaporando os negros, Conceição! Sente em um restaurante diferenciado e você não encontrará um negro lá, porque ele ficou na periferia, porque ele ficou nos bolsões de miséria, sem a possibilidade de que as políticas públicas cheguem lá.



É esta a minha preocupação: que se faça esse diagnóstico para que essas políticas cheguem a essas porções de miséria em Salvador, João Pessoa, Rio de Janeiro, Porto Alegre, no Amazonas, como você está colocando. Daí, sim, na hora em que conseguirmos fazer isso, nós iremos ter um Brasil, daqui a 10 ou 20 anos, diferente. Senão, nós estaremos com a mesma CPI daqui a 20 anos, propondo, dentro do papel, perspectivas para 100 anos para frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputado Damião.

Antes de passar a palavra para a Deputada Rosângela, eu queria também fazer o uso da palavra, rapidinho. Primeiro, é questão de informação. Nós temos um calendário muito apertado. Eu não tenho a garantia de que a gente consiga prorrogar a CPI. A prorrogação para a aprovação do relatório é até 1º de agosto. Nós teremos dificuldade de quórum a partir do dia 17.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Não rende dinheiro, Presidente. Isso aqui não rende dinheiro. A CPI da PETROBRAS ele prorroga por 60 dias, prorroga por mais 60. Isso aqui não rende dinheiro. Só rende preocupação para a sociedade, por isso que ninguém a prorroga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, nós também temos que trabalhar com um calendário possível. Já fizemos o pedido, e há o pedido das outras quatro CPIs também. Então, vamos tentar.

Assim, eu acho que mais 30 dias serão suficientes, se a gente conseguir até o dia 17 de agosto, até porque os projetos que nós estamos apresentando serão fruto de novas Comissões. Não serão CPIs, mas serão outras Comissões, como a Comissão Especial do Plano Nacional. Então, eu não vejo isso com preocupação. O debate não se encerra. Pelo contrário, começa, até porque serão muitos projetos. Vai depender da força e da dedicação de cada Deputada e Deputado que está aqui. Todos devem participar e ajudar a acelerar a tramitação desses projetos.

A CPI tem uma conclusão, que é importante. O Relator no relatório preliminar reconhece o genocídio. Define o novo conceito, reconhece o genocídio e apresenta proposições para frente, para o futuro. Estabelece responsabilidades, não só,



evidentemente, para a juventude negra, mas para toda a juventude, que é a redução dos homicídios.

Então, eu acho que isso é um grande ganho da sociedade. Por quê? Porque, Damião, nós vamos constitucionalizar responsabilidades, como se deu no processo do Plano Nacional de Educação. Podemos ter divergências aqui, se a Pátria é educadora ou não! Mas não dá dizer que nos últimos 13 anos nós não universalizamos a escola básica. No ano que vem, nós vamos universalizar a pré-escola e caminhamos para universalizar, no futuro, a escola infantil. Não dá para dizer que o País, que tinha 2 milhões de universitários e hoje tem 8 milhões, que o Brasil não avançou. Este ano em que estamos em crise econômica, o Governo está colocando 1 milhão de pessoas na universidade pela rede federal, pelo FIES ou pelo PROUNI. Será 1 milhão a mais, mesmo com crise econômica.

Então, o que eu quero dizer é que a experiência dos planos tem resultado positivo. O Deputado Jean Wyllys colocou muito bem aqui. Eu pensei que a gente pudesse detalhar problema: o Brasil tem violência em 152 Municípios, 90%. Então vamos detalhar tudo o que fazer. Eu acho que não compete ao Legislativo fazer isso. Mas podemos determinar que, em 180 dias, o Governo Federal faça o detalhamento. Como ele vai reduzir, em 10 anos, a partir das diretrizes, em um dígito? Nós estamos falando que o Brasil mata 70 para cada 100 mil e nós estamos dizendo que em 10 anos tem que ser um dígito, menor que dez. Eu acho que isso é um avanço. Temos também que definir obrigação. Nós vamos ter que colocar um prazo aqui para os Municípios e Estados, se for 1 ano, para fazer esses planos.

Então, nesse sentido, eu quero dizer que a CPI fez grandes avanços ao reconhecer o genocídio, deslocar competências e apresentar vários projetos legislativos. Este debate vai continuar através das Comissões Especiais, seja da PEC do sistema novo, federativo, da segurança pública, seja através da Comissão Especial do Plano Nacional.

Então é isso. Eu quero dizer que a ideia é que a gente possa publicar o relatório na segunda à noite para a gente abrir o debate na terça. Mas, como há várias proposições legislativas que ainda não estão elaboradas, como há vários casos emblemáticos para os quais precisamos de mais dados, além de mais tempo



para o conjunto de Deputados, nós vamos, então, transferir a leitura oficial do relatório para quarta-feira, às 13h30min.

Nós temos muita dificuldade no plenário aqui. E a leitura não pode passar da quarta, porque senão nós não teremos prazo regimental, caso a CPI não seja prorrogada, para a aprovação do relatório. E vamos fazer uma nova reunião de deliberação de requerimentos e debate preliminar dos encaminhamentos da CPI na terça-feira, às 14h30min, até porque eu tenho que estar em Rondônia, na segunda, e na Paraíba, na sexta. Nós não vamos estar aqui na segunda, senão eu estaria aqui. Mas, como já está marcada e anunciada a ida da CPI a esses Estados, a gente teria dificuldade de publicar esse relatório na segunda. O conjunto dos Deputados tem uma agenda enorme; também vamos estar aqui mais concentrados na terça.

Então a gente precisa de espaço, conjunta e coletivamente, na terça-feira, antes da publicação do relatório, que será lido na quarta-feira. Mesmo com a leitura do relatório na quarta, o relatório ainda pode sofrer modificações. Só que tem que eu acho que não pode mais haver inclusão, não é isso? Acho que relatório de CPI... Não sei. Tecnicamente, vou apurar. Ele não pode... Pode? Robson, se o relatório estiver publicado, a Relatora pode só suprimir ou pode incluir mais?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pode mudar? É, depois, que começar a discussão não pode sofrer alterações.

Então, vamos supor, se a gente... Mas na leitura, antes de abrir para o debate, pode?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pode. Então, o.k.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É? Mas, com mais dados para complementar o relatório, depois de publicado?

Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Normalmente, é o seguinte: antes da leitura, no dia em que é marcada a leitura, os Deputados recebem os relatórios e podem acrescentar o pedido de destaque sobre tal tema. Ou seja, poderá o Deputado, a Deputada apresentar um destaque supressivo ou aditivo, dependerá



também do parecer da Relatora. A Relatora poderá acatar o destaque e já fazer constar do seu parecer. E, aquilo que não for aceito, o Deputado pode pedir para votar em separado. Isso que pode ser. Ou, então, o voto separado, que alguém acha que não concorda o relatório, pode apresentar o voto em separado, e passa a ser o voto dele ou dela. Mas, nesse sentido, eu acho que a gente está aí com tempo para poder trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Estamos com dificuldades na quarta-feira por conta do Plenário. Nós temos prioridade na terça e nas quintas. Estamos com dificuldade. Mas eu acho que nós não temos condição de ler o relatório na terça-feira. Vamos correr o risco. Vamos tentar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um aspecto importante, Presidente, é que nós verificamos que temos tempo. Dia 17 é o último dia daqui. E, aí, o seguinte: você pode fazer uma convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Extraordinária.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não havendo espaço, suspenda. E poderemos trabalhar à noite, quer dizer, também. Há casos aqui em que nós ficamos até as 2 horas da madrugada, analisando. Então pode ser suspensa a reunião, não é necessário outro quórum, é aquele quórum que está lá. E a gente vota no momento em que houver espaço. As pessoas são comunicadas de que haverá esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos tentar um esforço de negociar com alguma Comissão que não está em fase de conclusão para conseguir um relatório, às 13h30min. A gente pode abrir, suspender, esperar a Ordem do Dia terminar e voltar, não é? Mas vamos ter que trabalhar com a ideia de quarta-feira. Não tem jeito, não é possível. O conjunto de Deputados terá que na terça-feira apresentar mais sugestões, proposições. Eu acho difícil para a gente, inclusive para a Relatora, por exemplo, publicar o relatório na segunda-feira à noite, não é? Então eu acho que limitaria muito as conclusões e os nossos trabalhos.

Então, eu quero passar a palavra para a Relatora, Deputado Rosangela Gomes.



A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que estão nos apoiando neste trabalho que estamos fazendo, que não está sendo fácil, é muito difícil.

Quero agradecer, Jean Wyllys, à intervenção de V.Exa. na perspectiva de me ajudar a melhor colocar para o Deputado Damião todo o trabalho que nós fizemos durante esse período em que nós trabalhamos aqui de forma bastante devotada.

Quero dizer que as palavras da Deputada Benedita foram muito sábias, contundentes e verdadeiras. Quero dizer também que foi um esforço muito grande — está sendo e será até o final. Esse foi o meu compromisso dentro da minha realidade e limitação. Esta Relatoria com esta Presidência tem rodado todo o Brasil. Temos chegado e saído de madrugada, não tem sido fácil. Mas temos levado o trabalho com muita seriedade, dentro das nossas limitações.

Fizemos também aqui — V.Exa. o assinou, junto com os demais Deputados — requerimento pedindo ao Presidente a prorrogação da CPI. Todos os Deputados desta Comissão e Suplentes o assinaram. Nós pedimos, mas infelizmente naquele momento não houve resposta satisfatória em virtude do compromisso que ele fez com os outros Líderes. Eu acho que cabe um novo esforço. Talvez possamos ir ao Colégio de Líderes, conversar com todos os Líderes, pedir a compreensão e, mais uma vez, apelar pela prorrogação, porque também entendo exatamente como a senhora e os senhores: esse é o tema mais importante que esta Casa hoje discute. Não é o tema do petróleo, não é do aço, não é do café, não é do ouro, mas é o tema que trata da vida, da vida do negro e do pobre. Como V.Exa. bem colocou, nós sabemos, como os demais, sem desmerecer ninguém, bem o que é essa realidade.

Quero dizer que a Deputada Conceição, que não está no momento, sempre foi atenta, atuante, compreensiva, equilibrada, ponderada, compromissada com a população. Não sei se foi ela ou se foi o Deputado Luiz Couto que abordou a questão da votação do relatório prévio. Esse relatório prévio não será votado, não foi esse o objeto da convocação, mas, por ora, também agradeço o empenho e o esforço da Deputada, que, mesmo fragilizada por conta de uma cirurgia, aqui sempre procurou dar a sua contribuição e apoio ao trabalho da melhor maneira possível.



Deputado Luiz Couto, o Presidente Reginaldo já lhe respondeu, mas nós ouvimos aqui vários temas emblemáticos, citados antes de V.Exa. comparecer ao plenário. Vou acatar a solicitação. Não sei se foi a Deputada Benedita da Silva que me pediu para que enviasse esse relatório para a PGR ou se foi o Deputado Reginaldo, não me lembro. O Deputado Jean, também, falou da preocupação de abarcarmos o tema das drogas. A senhora falou sobre racismo. Aqui também abarco a questão do racismo simbólico e institucional.

Quero dizer que vários acadêmicos vieram aqui a esta Comissão dizendo que a questão da redução da maioria penal não iria resolver nada. Esse relatório, que é também muito transparente, está contextualizando e contemplando essas falas.

Quer dizer para o Subtenente Gonzaga que da nossa parte esse trabalho, da minha parte, desta Presidência e deste Parlamento, nós procuramos aqui, exaustivamente, fazer todos os debates com muita transparência. Nós sabemos de várias vertentes e eixos que levam à morte dos jovens negros e pobres, e a polícia é um deles. Isso é inevitável. Mas não é só a polícia, é a questão de drogas, é a questão de rixas de *gangs*, é a questão de suicídio, é a questão de acidente de trânsito. Então, nós aqui vamos falar de todos eles nesse relatório. Não vamos omitir nenhum eixo, quer seja o de acidente, quer seja de o rixa de *gangs*, quer seja o de suicídio, quer seja o de morte por força policial.

E este Plenário terá a possibilidade de aprovar ou de rejeitar o relatório. Queremos ainda dizer que o mais importante deste trabalho é que nós tiramos esse tema da invisibilidade. Iremos lutar para que ele continue sendo discutido, debatido, aprimorado.

Deputado Damião, trabalhamos no sentido de apontar para o Executivo que nós estamos falhando em determinadas regiões, em determinados territórios, em determinados Estados. Nós estamos falhando e precisamos dar uma contribuição. Mais do que isso, não somos o Executivo. Eu acho que se torna quase inviável trabalharmos nisso. V.Exa. está atento e preocupado. V.Exa. trouxe um relato bastante positivo, que é a questão de nós negros sermos invisíveis na questão da escolaridade de nível superior, como aqui falava o Sérgio, comigo. Por exemplo, nesta Casa, no maior posto de assessoria legislativa, entre duzentos assessores,



que é o maior posto de um concurso público, só tem um negro. Os demais são todos, Deputada Benedita, brancos. V.Exa. é médico e sabe que na sua turma poderia talvez contar... Na minha turma de Direito, que eu me lembre, só eu era crioula. Na turma de pós-graduação, eu não me lembro de nenhum outro negro.

Então, nós precisamos apontar e falar — em que pese o Deputado Reginaldo falar que o Governo tem conseguido dar uma contribuição para a educação — que a inércia do nosso País no quesito educação não vem de agora, ainda fica muito longe daquilo que seria o ideal para um país-continente como o nosso. Nós continuaremos a trabalhar, se possível e necessário, Presidente, virando a noite. Já estamos fazendo isso aqui, saindo aqui, quase todos os dias 1 hora da manhã. Sair às 4 horas, 5 horas, não vai diferenciar em nada.

Sr. Presidente, V.Exa. conta com o meu respeito, V.Exa. conta com o meu carinho, V.Exa. conta com a minha dedicação e lealdade a este trabalho. E eu também sou muito grata pela oportunidade. V.Exa., como homem experiente, aqui já aprovou várias propostas benéficas para a nossa juventude, para o nosso País. V.Exa. sempre contará com o meu respeito e com o meu apreço. E eu procurarei dar a V.Exa., em troco, toda a confiança que V.Exa. em mim depositou.

Eram essas as considerações.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, eu queria parabenizar a Relatora, agora, pelas suas palavras, porque elas contemplam exatamente a nossa linha de raciocínio.

Eu vejo uma luz no túnel quando a senhora fala exatamente de apontar ao Governo onde estão as falhas, porque é o papel do Legislativo: fiscalizar o Executivo. Nessa fiscalização do Executivo, a gente está apontando falha, como a senhora falou. Isto aqui começa a ser o pontapé inicial.

Quero parabenizar naturalmente o nosso Presidente pela condução dos trabalhos. Eu fico feliz, agora, pela condução dos trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela contribuição de todos e de todas.



Estamos tentando aqui negociar qual a decisão vamos tomar. Nós vamos ter que ler o relatório na terça-feira. Então, felizmente, às 15 horas. Era às 14h30min, mas vamos ler o relatório às 15 horas.

É possível publicar relatórios complementares. Na verdade, nós não vamos publicar na segunda-feira. Vamos distribuir e publicar na terça-feira. E fazer a leitura na terça-feira, não é? Vamos trabalhando durante os dias, para os prazos regimentais.

Nesse projeto de redução de homicídios, Deputado Subtenente Gonzaga, nós vamos ter que ter uma polícia mais eficiente. Eu já declarei que sou a favor do ciclo completo, mas também nós vamos ter que ter uma letalidade zero. Senão é ruim para todos: para os jovens que são vítimas, para a sociedade e para a corporação. A letalidade alta é taxa de homicídio alta. No mundo todo é assim. Como a elucidação com taxas pequenas é homicídio alto também. O problema não é o tamanho da pena, é a efetivação da pena.

Então, é evidente que a CPI não vai... Porque em apenas 10% ou 15%, tem gente que fala 20% de homicídios, são 5% de letalidade policial, de sequelas talvez 15%. Mas independente de que seja 5%, ainda é alta. Nós queremos uma polícia que não tenha nenhuma letalidade. E também não podemos ter nenhuma polícia de confronto que mate policiais. A origem, a composição majoritária da corporação também é de negros e pobres. Acho que não se trata aqui de se fazer esse tipo de julgamento, trata-se de apontar a política para a letalidade zero, a política para mortes de policiais em serviço zero, e também uma diminuição no conjunto. Acho que é isso. Essa CPI já demonstrou isso.

Quando a gente diz e defende — eu pessoalmente e a ampla maioria aqui — que há um genocídio, estamos acrescentando às mortes físicas a morte simbólica: a ausência das políticas no Estado. Então, eu acho que isso não é do Governo. Não estamos dizendo que é de um Governo, estamos falando do Estado. É a forma institucionalizada que isso se deu nos processos de construção da história brasileira, não é?

Então, é nesse sentido, que eu quero dizer para V.Exa.



O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Eu tenho dificuldades de ter essa compreensão. E, na verdade, a minha manifestação é no sentido de a gente realmente avançar.

Eu tenho clareza de que o Estado brasileiro precisa fazer um reencontro com a sua força policial, com a Polícia Militar. Por exemplo, na Conferência Nacional de Segurança Pública, o tema Controle Externo foi colocado em um dos eixos por sugestão minha. Eu integrava a comissão organizadora e o sugeri. Eu defendo o seguinte: se quero e preciso ter eficiência enquanto força de Estado, eu tenho que ter poder para atuar. E para eu ter poder, preciso ter limites. Então, eu tenho que ter instrumento de controle interno rígido, que não pode ser humilhante pura e simplesmente, não pode ser dominador pura e simplesmente, não pode ser instrumento de sustentação de poder, e que me permite ter eficácia. Para eu reivindicar condições e mais poder, inclusive para fazer intervenção, eu preciso saber que eu tenho também um limite rígido.

Quando nós pegamos, e eu tenho trazido esse debate para cá, alguns exemplos da letalidade da polícia americana, sabemos que ela tem um poder grande de dar ordem, e essa ordem será cumprida, não é? Aqui nós não temos isso. Aqui faz parte do direito das pessoas não cumprir a ordem e poder fugir. Cabe ao policial, no caso, o policial militar, pegá-lo. Se ele correr e pegá-lo, deu sorte; se não o pegou, nada aconteceu. Isso também são fatores.

Só para pontuar que a nossa participação e intervenção é no sentido de acreditar na necessidade do controle externo, do controle interno, mas, também, do resgate desse poder de atuação, sabendo que a sociedade tem que ter a clareza de que, se um policial militar conseguiu alcançar e imobilizar uma pessoa, ela não terá nenhuma outra ação desse policial a não ser a preservação da vida dali para frente.

É esse o limite que nós precisamos chegar, que a sociedade tenha essa confiança: *“Olhe, eu vou ser preso, mas não vai acontecer mais nada dali para frente”*. E esse momento, eu acho que está muito próximo — sabe? — de a gente fazer, e eu acho que o relatório pode contribuir com essa perspectiva.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero registrar também, com muita alegria, a presença da Maria Cristina, Vice-Prefeita de São João Del Rei. Obrigado, pela presença nesta CPI.

Quero, antes de declarar encerrada a presente reunião, convocar a nossa audiência pública e diligência para amanhã, no Estado da Paraíba; para segunda-feira, no Estado de Rondônia; e para terça-feira, a leitura do relatório final da CPI, às 15 horas.

Agradeço a presença de todos e de todas, dos assessores, da imprensa e dos representantes de vários Ministérios. Inclusive, quero destacar que minha opinião em relação ao tema redução da maioria penal foi contrária, respeitando os posicionamentos. Às vezes, as pessoas têm uma posição, mas são, lamentavelmente, enquadradas pelo partido político.

Nesse sentido, eu quero dizer que o nosso Governo, o meu Governo, da Presidenta Dilma, tem uma posição contrária. Mas é lamentável que nós não tenhamos tido uma posição de Governo. Houve uma posição do Governo, mas não houve uma ação do Governo. Apesar de vários Deputados falarem que o Governo estava fazendo intervenções, eu, que interfeiri, que fui contrário à redução da maioria, queria que ele tivesse realmente feito intervenções. E é lamentável que ele não tenha feito intervenção. Falei isso na minha intervenção, antes do encaminhamento. Mas eu tenho que ser justo com parte do Governo que trabalhou, que fez o seu papel na Secretaria. E justo com quem? Com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e seus assessores. Inclusive, o Ministro Pepe Vargas esteve nesta Casa e deu uma posição pública. Mas a sua assessoria toda militou, participou, conversou, dialogou, a sua assessoria e seus membros. A Secretaria Nacional de Política para as Mulheres também militou, participou, teve posição. O Governo é muito amplo, não é?

Então, quero deixar claro que eu acho que o Governo participou. Posso até ser depois acusado de ser injusto, mas não tem problema, são os meus sentimentos. Também quero agradecer à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racional, que militou, participou, e esteve presente a Ministra.



Talvez não tenha ocorrido na direção que eu sonhei, mas não quero ser injusto, quero dizer que o Ministério da Justiça também participou. O Ministro, inclusive, e seus principais assessores e diretores também.

Lamentavelmente, é assim: temas mais setoriais, temas das “minorias”, entre aspas, geralmente, ficam à margem do Governo. Às vezes, o tema mais importante é o econômico. Se é econômico, move o mundo. É evidente que tantos partidos e tantos Ministros, lamentavelmente, não cumpriram o papel e o desejo do Governo e da Presidenta Dilma, que é extremamente contra a redução da maioria penal.

Mas o Governo é assim, é amplo. Vivemos numa democracia, num presidencialismo, com um forte parlamentarismo, com um Governo amplo, de coalizão. Eu sou daqueles que defende a coalizão, não há problema; não sou a favor de partido único. Mas, lamentavelmente, Ministros de inúmeros partidos sequer buscaram uma orientação política junto aos seus Parlamentares. Então, isso eu quero lamentar. Às vezes, quando é matéria de assunto econômico, é matéria dos mais ricos, há um movimento e se move o mundo.

Então, eu quero registrar o meu repúdio, a minha indignação ao meu Governo e a vários Ministros que sequer defenderam a posição do Governo. (*Palmas.*) Mas a vida segue e, com certeza, o mais importante é a gente pactuar republicanamente um conjunto de políticas públicas capazes, de maneira objetiva e concreta, de preservar a vida do nosso povo, em especial dos jovens e dos negros. Eu tenho certeza de que isso é muito mais, apesar de não ter a visibilidade, Relatora Rosangela Gomes, que outras CPIs têm.

Essa CPI não quer ser midiática. Eu mesmo falava que não queria participar de CPI, porque CPI sempre foi jogo de mídia, jogo midiático. Eu sempre participei de Comissões Especiais. Respeito quem participou de CPI. Acho que é papel do Parlamento também participar de CPI e investigar. Mas sempre preferia traçar caminhos pelas Comissões Especiais, porque, no final, é muito mais objetivo e se encaminha proposições, mesmo com nenhuma visibilidade.

Nós não estamos aqui atrás de *show*, de mídia, de fazer espetáculo. Quando convocamos a *TV Globo*, a *Record*, o *SBT* e a *Band*, não foi para ficar aqui falando do passado. Quando nós queremos dialogar com essas emissoras, queremos



dialogar com o futuro. É uma vergonha um País que não conhece o seu passado, dificulta a compreensão do seu presente e vai prejudicar o nosso futuro.

Quanto à questão da democracia racial, é o que ocorre no País: a não compreensão da nossa própria história. E, aí, quem tem poder para isso? A mídia. Se ela dividisse um pouquinho, uns 2% do que faz com a CPI da PETROBRAS, nós teríamos outro diálogo com a sociedade. Deputado Subtenente Gonzaga, nós precisamos de um diálogo novo com a sociedade, um diálogo em que a sociedade tenha uma nova imagem da polícia, porque ela tem um papel extremamente importante; um diálogo em que a polícia tenha uma nova compreensão da sociedade. Nós precisamos de um diálogo em que parte da mídia, neste Brasil, não venda a imagem do negro com o perfil padrão de criminoso, pelo contrário, uma mídia que possa, nos seus meios de comunicação, nos principais jornais, dar bons exemplos, falar e consolidar uma imagem da cultura e da identidade dos negros nos países; que haja novelas em que eles não sejam atores só de época, que eles sejam atores do século XXI, que é uma sociedade extremamente plural, como diz Darcy Ribeiro: o Brasil é tão plural, que é singular. Assim é o povo brasileiro.

O que nós queremos dialogar com as grandes emissoras é que precisamos pensar para o futuro, entrar no século XXI, ser civilizado. Esse Estado não civilizatório, que discrimina as pessoas pelas opções sexuais, por religião, por cor da pele, leva a esse tensionamento. Então, não adianta parte achar que isso é porque a gente quer tensionar as relações na sociedade. Negar isso é ser dissimulado e disfarçado, e a sociedade brasileira não admite mais dissimulação e desfaçatez.

Eu respeito todos que votaram, mas tenho convicção de que o que vai melhorar e resolver essa repactuação republicana da sociedade brasileira é um conjunto de políticas socioafirmativas. Eu espero que a CPI aprove uma lei e proponha a criação do fundo. Não adianta ter a Secretaria de Promoção da Igualdade Social, se não tiver dinheiro. É importante que as nossas políticas, os Municípios, os Estados e a própria União, que vai elaborar a meta para redução de homicídios, terem recurso específico para aplicar nessas regiões e nesses territórios, que precisam de universalização de oportunidades de políticas e condição de executar os seus planos de metas. Tem que ter dinheiro para os Municípios, para os



Estados, e a União é o ente mais importante. Essa é a repactuação republicana que nós queremos fazer.

Eu quero encerrar, mas, antes, queria destacar que parte do Governo cumpriu o que a Presidenta pensa, na minha opinião, parte do Ministério da Justiça, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a SEPPIR — a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social e a Secretaria de Direitos Humanos. O resto lamentavelmente só vem aqui quando os assuntos são de interesse das elites.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião da CPI.